

**PABLO VINÍCIUS MARTINS PACHECO**

**A concepção de psicologia na obra inicial de William James**

**JUIZ DE FORA**

**2017**

**PABLO VINÍCIUS MARTINS PACHECO**

**A concepção de psicologia na obra inicial de William James**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia como requisito à obtenção do grau de Mestre em Psicologia por Pablo Vinícius Martins Pacheco.

Orientador: Prof. Dr. Saulo de Freitas Araujo

**JUIZ DE FORA**

**2017**

PABLO VINÍCIUS MARTINS PACHECO

## **A concepção de psicologia na obra inicial de William James**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia como requisito à obtenção do grau de Mestre em Psicologia por Pablo Vinícius Martins Pacheco.

Orientador: Prof. Dr. Saulo de Freitas Araujo

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Saulo de Freitas Araujo (Orientador)

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Richard Theisen Simanke

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina Laurenti

Universidade Estadual de Maringá

JUIZ DE FORA

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família pelo incentivo, apoio e suporte incondicional.

À Bianca Morais Biscotto pelo afeto, companheirismo e compreensão.

Aos meus amigos por compartilharem comigo alegria e inspiração em diversas ocasiões.

Ao meu orientador Prof. Dr. Saulo de Freitas Araujo, pela competência inspiradora, dedicação e paciência.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina Laurenti e ao Prof. Dr. Richard Theisen Simanke pelas valiosas contribuições e pelas participações em minha banca.

Por fim, agradeço ao PPG-Psicologia UFJF e a CAPES e UFJF pelo suporte institucional e financeiro.

## **RESUMO**

A concepção de psicologia de William James (1842-1910) ainda não foi tratada adequadamente tanto no contexto da historiografia da psicologia de uma maneira geral quanto na literatura especializada no autor. Tendo isso em mente, nosso objetivo no presente trabalho é esclarecer esse assunto, em particular no que diz respeito a uma aparente incongruência entre duas atitudes do autor, a primeira delas positivista, baseada no cerebralismo e que considerou temas psicológicos clássicos; e a segunda mais inclusiva, que defendia a adição de novos fenômenos na alçada da psicologia e aceitando implicações metafísicas dos fenômenos excepcionais. Argumentamos que essas duas atitudes fazem parte do desenvolvimento da psicologia jamesiana e refletem seus esforços tanto para consolidar essa nova ciência quanto para expandir seu escopo.

**Palavras-chave: História da Psicologia; Filosofia da Psicologia; William James;**

*Principles of Psychology*

## **ABSTRACT**

William James's conception of psychology (1842-1910) has not yet been adequately addressed both in the context of the historiography of psychology in general and in the author's authoritative literature. Our objective in this paper is to clarify this subject, particularly about an apparent inconsistency between two attitudes of the author, the first of them positivist, based on cerebralism and which considered classical psychological themes; And the second more inclusive, which advocated the addition of new phenomena in the domain of psychology and accepting metaphysical implications of exceptional phenomena. We argue that these two attitudes are part of the development of James' psychology and reflect their efforts both to consolidate this new science and to expand its scope.

**Key-words: History of Psychology; Philosophy of Psychology; William James; *Principles of Psychology***

## Sumário

---

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1- A concepção de ciência no <i>Principles of Psychology</i></b> .....	6
1.1 O contexto positivista .....	6
1.2 O positivismo no <i>Principles</i> .....	11
1.3 A metafísica no <i>Principles</i> .....	19
<b>Capítulo 2 - A concepção de psicologia no <i>Principles</i></b> .....	21
2.1 O cerebralismo enquanto fundamento da psicologia jamesiana .....	21
2.2 A ciência da vida mental, de seus fenômenos e condições.....	27
2.3 O início da ampliação do escopo da psicologia no <i>Principles</i> .....	31
<b>Capítulo 3 – Os métodos da psicologia no <i>Principles</i></b> .....	37
3.1 Introspecção .....	37
3.2 O método experimental.....	46
3.3 O método comparativo .....	49
3.4. As fontes de erro na psicologia.....	51
<b>Conclusão</b> .....	55
<b>Referências</b> .....	59

## **Introdução**

O século XIX foi palco da separação da psicologia do domínio da filosofia e do surgimento da chamada nova psicologia, que agora se consolidava pelo recurso ao método científico em detrimento da especulação (Goodwin, 2005; Myers, 1981). Nesse momento, várias abordagens psicológicas apareciam e disputavam espaço na explicação dos fenômenos da natureza humana (Goodwin, 2005). Dentre elas, destacamos a psicologia de William James (1842-1910), figura central no contexto do surgimento e desenvolvimento da psicologia científica norte-americana (Boring, 1950; Goodwin, 2005; Ivie, 2006; Myers, 1981, 1986, 1992; Robinson, 1993; Schultz & Schultz, 2011). Alguns questionamentos importantes sobre sua psicologia podem ser feitos: Qual era a concepção de ciência por trás da psicologia de William James? Quais pressupostos epistemológicos ele criticou e quais adotou? Quais fenômenos ele acreditava que deveriam ser estudados pela psicologia? Quais métodos deveriam ser empregados em suas investigações?

A obra de James, devido ao seu tamanho e ao fato de tratar dos mais variados temas, muitas das vezes escapa à classificação em uma única disciplina (Croce, 2012; Bordogna, 2008). Sua importância e influência podem ser observadas em diversas áreas, como a própria psicologia (Boring, 1950; Croce, 2012; Goodwin, 2005; Ivie, 2006; Myers, 1981, 1986, 1992; Schultz & Schultz, 2011; Taylor, 1992, 1996), a filosofia (Goodwin, 2005; Myers, 1981; Gale, 2005) e a religião (Louceiro, 2007; McDermott, 1986; Ivie, 2006).

Existe uma lacuna em alguns manuais da psicologia no que diz respeito à apresentação fidedigna do pensamento desse autor (Boring, 1950; Goodwin, 2005; Schultz & Schultz, 2011). Mesmo na bibliografia especializada, a questão da cientificidade da psicologia de James ainda parece estar em aberto (Bordogna, 2008;

Croce, 2012; Hoffman & Telen, 2010; Reck, 1986; Sech Jr., Araujo & Moreira-Almeida 2013; Seigfried, 1984, 1986; Taylor, 1996).

Em primeiro lugar, devemos considerar que não era fácil distinguir a psicologia da filosofia em 1890, ao contrário do que encontramos hoje após a separação em disciplinas independentes (Myers, 1981). Desse modo, era comum nessa época encontrar discussões sobre os fundamentos epistemológicos da psicologia junto àquelas sobre seus dados empíricos.

Precisamos considerar também que, no final do século XIX, a chamada “nova psicologia” procurou estudar o comportamento humano e os processos mentais através da aplicação de métodos científicos, ao invés de utilizar a especulação (Goodwin, 2005). Ela “começou a surgir como uma disciplina separada há mais ou menos 120 anos, o que levou Ebbinghaus, há menos de cem anos, a dizer que a história da psicologia como nova ciência fora muito curta” (Goodwin, 2005, p. 44). No século XIX, organizadas apenas pelo rótulo comum de “psicologia”, diferentes abordagens se envolveram no estudo da mente humana (Goodwin, 2005).

William James foi um autor de destaque nesse contexto, pois sabia da necessidade de embasamento filosófico e metafísico para a psicologia e para a ciência em geral, além de que reconhecia as limitações de ambas (Hoffman & Telen, 2010). Sobre o legado de James para a psicologia, Kinouchi (2009) afirma que:

Observada retrospectivamente, a psicologia de James inclui teses largamente examinadas que hoje soam quase triviais: por exemplo, que a psicologia deveria desenvolver autonomia em relação à metafísica, que deveria aproximar-se da biologia e da teoria da evolução, e que o estudo das estruturas cerebrais e dos fenômenos cognitivos, volitivos e perceptivos deveria fornecer resultados práticos e aplicações terapêuticas. São declarações que atualmente não

causam qualquer escândalo e, na verdade, talvez pertençam ao patrimônio comum da grande maioria das teorias psicológicas contemporâneas. (P. 310)

A despeito da importância de William James, sua concepção de psicologia ainda precisa de alguns esclarecimentos em questões referentes ao seu posicionamento quanto ao tipo de fenômenos que deveriam ser estudados, aos fundamentos teóricos, ao modelo de ciência praticada e ao modo como ela deve ser feita (Bordogna, 2008; Croce, 2012; Hoffman & Telen, 2010; Reck, 1986; Sech Jr., Araujo & Moreira-Almeida 2013; Seigfried, 1984, 1986; Taylor, 1996). Apesar de já termos literatura a respeito dessas questões, as divergências interpretativas nela encontradas criam a necessidade de discutir esse tema.

No *Principles*, James discutiu temas classicamente encontrados no *mainstream* psicológico, como memória, atenção e percepção, mas também alguns temas menos tradicionais como hipnotismo, histeria, transe e múltiplas personalidades; baseou-se no cerebralismo; tratou a psicologia como uma ciência natural, em estreita conexão com a fisiologia e com o método experimental; e buscou rejeitar a metafísica (Bordogna, 2008; James, 1890/1981). Contudo, considerando que sua obra psicológica não se limitou a esse livro, embora ele seja seguramente o mais reconhecido na psicologia, a literatura especializada apontou uma mudança na atitude de James (Bordogna, 2008; Sech Jr., Araujo & Moreira-Almeida 2013; Taylor, 1996). Após essa obra, ele aparentemente deixou de ser um autor tão rígido e restritivo e passou a ser mais flexível e inclusivo, demonstrando uma perspectiva de ciência mais tolerante, aceitando implicações metafísicas de fenômenos que, segundo a visão hegemônica da época, não eram dignos de serem tratados por aqueles que pretendessem ser reconhecidos enquanto cientistas (Bordogna, 2008; James, 1890/1983a, 1892/1983b, 1893/1983c, 1894/1983d,

1894,1983e, 1898/1983f, 1902/1985; McDermott, 1977, 1986; Sech Jr., Araujo & Moreira-Almeida 2013; Taylor, 1984, 1996).

Uma vez observada tal transição de enfoque epistemológico nas duas fases da obra de James citadas acima, buscamos investigar a concepção de ciência presente no *Principles*, obra dessa primeira fase. Dessa forma, nos questionamos quanto à coerência teórica envolvendo as duas atitudes epistemológicas diferentes: primeiramente um enfoque positivista, naturalista, mais restritivo; posteriormente, uma atitude mais aberta e receptiva, incluindo fenômenos excepcionais como hipnotismo e mediunidade. Apesar da literatura apontar essas duas perspectivas, ela não discute de forma satisfatória a relação entre elas. Concentramos o trabalho nessa primeira fase e apresentamos os elementos dessa que dizem respeito à concepção jamesiana de psicologia, embora não tenhamos deixado de considerar a fase posterior, apontando alguns elementos contrastantes com a primeira.

Analisamos as obras psicológicas de James publicadas entre os anos 1890, ano de publicação de *The Principles of Psychology*, e 1902, ano de publicação de *The Varieties of Religious Experience* (James, 1902/1985). A investigação foi realizada tendo como fontes primárias a “Edição Crítica” de suas obras reunidas (*The Works of William James*), editada pela Harvard University Press; a série de palestras *Lowell Lectures - William James on Exceptional Mental States: the 1896 Lowell Lectures* (Taylor, 1984); a obra *The Varieties of Religious Experience* (James, 1902/1985) e alguns artigos de James correspondentes ao período indicado: *The Hidden Self* (James, 1890/1983a); *A Plea For Psychology as a 'Natural Science'* (James, 1892/1983b); *The Original Datum of Space-Consciousness* (James, 1893/1983c); *Professor Wundt and Feelings of Innervation* (James, 1894/1983d); *The Physical Basis of Emotion* (James, 1894/1983e) e *Consciousness under nitrous oxide* (James, 1898/1983f).

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro deles, apresentamos brevemente o contexto intelectual e algumas características da obra de James até 1890 que são relevantes para compreendermos melhor sua concepção de psicologia. Esse capítulo foi dividido em três subtópicos. O primeiro deles apresenta brevemente o contexto do positivismo comteano. O segundo busca mostrar manifestações desse positivismo nos *Principles* (James, 1890/1981) através, principalmente, da rejeição da metafísica. O terceiro apresenta como a metafísica está presente nos *Principles*. As obras de James analisadas foram, em ordem cronológica: *The Principles of Psychology* (James, 1890/1981); *The Hidden Self* (James, 1890/1983a); e *A Plea For Psychology as a 'Natural Science'* (James, 1892/1983b).

Quanto ao segundo capítulo da dissertação, ele tratou de investigar a concepção de psicologia no *Lowell Lectures* (Taylor, 1984); *The Varieties of Religious Experience* (James, 1902/1985); e nos artigos relevantes de James até 1902 - *The Original Datum of Space-Consciousness* (James, 1893/1983c); *Professor Wundt and feelings of Innervation* (James, 1894/1983d); *The physical basis of emotion* (James, 1894/1983e) e *Consciousness under nitrous oxide* (James, 1898/1983f). Além disso, apresentamos nele a definição de psicologia do autor, bem como buscamos explorar o que entendemos como sua tentativa de ampliar dos limites dessa ciência através principalmente da adição de novos fenômenos.

O terceiro capítulo foi dedicado aos métodos discutidos no *Principles*, onde destacamos a primazia da introspecção sobre os demais. Além disso, buscamos analisar o que ele considerava como as principais fontes de erro nessa ciência.

## **CAPÍTULO 1 - A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA NO PRINCIPLES OF PSYCHOLOGY**

No contexto da nova psicologia do século XIX a obra de William James destaca-se por sua relevância e riqueza do conteúdo tratado. Considerando que James se dedicou a ela pelo menos até 1902, observamos na literatura secundária uma carência de estudos dedicados a analisar sua concepção dessa ciência, bem como seus pressupostos teóricos e epistemológicos.

Apresentamos o positivismo comteano como parte importante do contexto intelectual do século XIX, onde se situa a obra de James. Neste capítulo buscamos apontar alguns desdobramentos dessa doutrina no *Principles of Psychology* de James. Entre eles, destacamos principalmente a tentativa de separação entre metafísica e ciência natural. James avisou no início desse livro que adotou o ponto de vista das ciências naturais, o que implicaria em rejeitar a metafísica. Contudo, a literatura secundária notou que é possível encontrar várias discussões desse tipo ao longo do livro. Alguns autores chegaram a indicar isso como uma contradição, tendo em mente a promessa de rejeitá-la. Desse modo, cabe investigarmos essa suposta contradição tendo em vista um panorama mais amplo da obra.

### **1.1- O contexto positivista**

O objetivo desta seção é caracterizar por linhas gerais um tipo particular de positivismo, o comteano, uma vez que o termo designa toda uma corrente filosófica com variadas e abundantes manifestações em todos os países ao redor do mundo ocidental (Abbagnano, 2007). Buscamos nos restringir aos aspectos dessa doutrina que tocam mais diretamente a psicologia jamesiana inicial.

O positivismo de Augusto Comte (1798-1857) é uma filosofia da segunda metade do século XIX que se caracteriza pela romantização da ciência e expressa o otimismo que acompanhou a origem do industrialismo (Abbagnano, 2007). Deriva do termo positivo, que significa aquilo que se impõe por meio de evidências empíricas, observacionais (Comte, 1978). Essa doutrina objetiva reforçar as fundações da ciência e, para tanto, a observação é privilegiada como o método científico por excelência, em detrimento da imaginação e da argumentação. Além disso, o positivismo visa a identificação das leis e não das causas dos fenômenos. Para essa corrente filosófica, ciência é investigação do real, do certo e do indubitável, do precisamente determinado e do útil (Comte, 1978). Comte (1978) define desta maneira o escopo de seu projeto:

[...] o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a *leis* naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas *causas*, sejam primeiras, sejam finais. (P. 7)

O positivismo comteano como um todo se divide em três abordagens: (1) uma filosofia descritiva da história, que considera o desenvolvimento da humanidade em estágios reais; (2) uma filosofia prescritiva da ciência, que busca estabelecer as leis e não as causas das ciências; e (3) uma filosofia social que visa a reorganizar a sociedade a partir da sua educação (Comte, 1978).

A primeira abordagem diz respeito à filosofia da história, onde cabe apresentarmos a formulação positivista da lei dos três estágios, que é particularmente importante para a presente discussão. Segundo essa lei, o conhecimento pode ser classificado em três níveis hierárquicos: os estágios teológico, metafísico e positivo. Comte (1978) afirma que sua lei:

Proclama, como se sabe, a passagem necessária de todas as nossas especulações por três estados sucessivos; primeiro, o teológico, em que dominam francamente as ficções espontâneas, desprovidas de qualquer prova; depois, o estado metafísico, caracterizado sobretudo pela preponderância habitual das abstrações personificadas ou entidades; por fim, o estado positivo, sempre fundado numa exata apreciação da realidade exterior. O primeiro regime, embora puramente provisório, constitui em toda parte nosso único ponto de partida; o terceiro, o único definitivo, representa nossa existência normal; quanto ao segundo, comporta apenas influência modificadora, ou melhor, dissolvente, que o destina somente a dirigir a transição duma a outra constituição. Tudo começa, com efeito, sob inspiração teológica, para desembocar numa demonstração positiva, passando pela argumentação metafísica. Desse modo, uma mesma lei geral nos permite de agora em diante abarcar ao mesmo tempo o passado, o presente e o futuro da humanidade. (P. 59)

Os três estágios foram concebidos não apenas de maneira hierárquica, mas também com uma ênfase na importância do último, o positivo. Comte (1978) expressa desta maneira sua visão da superioridade do estágio positivo sobre seus dois concorrentes:

É evidente, em virtude de algumas das principais razões de toda sorte que indiquei neste discurso, que a filosofia positiva é a única destinada a prevalecer, conforme o curso ordinário das coisas. Só ela, desde uma longa série de séculos, constantemente progrediu, enquanto suas adversárias estiveram constantemente em decadência. Que isto seja justo ou injusto pouco importa; o fato geral é incontestável e basta. (P. 18)

É importante salientar que, para essa doutrina, as especialidades científicas não atingem o estágio positivo ao mesmo tempo, mas cada uma delas em seu ritmo. É possível que pulem etapas e não cheguem simultaneamente ao estágio positivo. É fato que há “uma ordem invariável e necessária” (Comte, 1978, p. 8) que deve ser considerada, mas a velocidade do seu desenvolvimento decorre de fatores como a complexidade do seu objeto, por exemplo.

Naturalmente, quanto mais complexo o objeto, mais difícil será para que sua investigação consiga fundamentar-se na filosofia positiva, a única certa e indubitável, na visão de seu defensor (Comte, 1978). Dessa maneira, algumas ciências, como a física, por exemplo, já teriam atingido o estágio positivo, enquanto outras, como as ciências sociais se esforçavam para tentar alcançá-lo e enfrentavam grandes dificuldades (Comte, 1978). A física funciona então como um modelo inspirador para as outras ciências que almejam um dia chegar ao mesmo nível de sofisticação e refinamento dela e, atrelado a isso, houve também uma valorização das ciências naturais e de sua metodologia (Comte, 1978).

Tratemos agora do positivismo enquanto filosofia prescritiva da ciência. Este segundo ramo da doutrina determina que cada ciência particular deve se ocupar apenas de um grupo limitado de fenômenos, irreduzíveis uns aos outros. Da mesma maneira que cada especialidade científica lidaria com uma parcela de fenômenos, seria necessário criar uma especialidade científica responsável somente por estudar e organizar as especialidades já existentes. A ideia seria dividir o trabalho intelectual de modo a promover o seu desenvolvimento, portanto um dos objetivos do “Curso de Filosofia Positiva” era justamente criar essa especialidade (Comte, 1978).

Qual é então o papel da filosofia geral nas ciências de acordo com o positivismo comteano? A ciência deveria ser fundamentada em si mesma, empiricamente, e não na

filosofia. O papel desta passa a ser de crítica, distinguindo metafísica de ciência para que possamos então descartar a primeira enquanto aderimos à segunda.

A terceira abordagem do positivismo comteano é a filosofia social, segundo a qual somente o poder da ciência seria capaz de gerar uma mudança estrutural na sociedade. Contudo, seria necessário criar um campo de investigação que se encarregasse dos fenômenos sociais.

O positivismo não apenas propõe então um método científico baseado na observação objetiva dos fenômenos, mas traz consigo também uma visão idealizada de ciência e defende o método científico como o único válido e desejável para ser aplicado em diferentes campos da vida humana, para além do campo da ciência. Uma das teses fundamentais dessa doutrina defende que todos os aspectos da vida humana podem ser guiados pelo método científico (Abbagnano, 2007). A aplicação desse método na sociedade, por exemplo, pode ser observada em passagens como a que segue: “Só a filosofia positiva pode ser considerada a única base sólida de reorganização social, que deve terminar o estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo, as nações mais civilizadas” (Comte, 1978, p. 17). Por último, devemos notar que a reestruturação da sociedade objetivada por Comte é fundamentada na reeducação das pessoas. Naturalmente, conforme os pressupostos apresentados até aqui, a ciência seria a responsável por promover esta reeducação, de modo que ela só poderia ocorrer quando o pensamento positivo tomasse o lugar então ocupado pelos estágios teológico e metafísico (Comte, 1978).

Tendo caracterizado em linhas gerais o positivismo comteano no que diz respeito aos propósitos do presente estudo, cabe agora investigarmos seus desdobramentos em um contexto específico. Na próxima seção analisaremos a psicologia de William James, uma das abordagens dessa ciência no final do século XIX,

explorando sua relação com uma tese fundamental do positivismo – a rejeição da metafísica.

## **1.2- O positivismo no *Principles***

Como vimos anteriormente, a formulação da lei dos três estágios é um dos pilares da filosofia positivista. Relacionada com a lei dos três estágios e também destacada no positivismo, encontramos a rejeição da metafísica. Essa atitude se justificaria pela necessidade de que nosso conhecimento superasse o modo metafísico de compreender o mundo e assim atingisse o estágio positivo. Dessa maneira, não deveríamos mais recorrer às abstrações personificadas ou entidades para conseguir explicar os fenômenos de nosso interesse (Comte, 1978).

Entendemos esse aspecto como uma expressão importante do positivismo comteano na obra de James. Lembremos que Comte (1978) recomendava a separação radical entre ciência e metafísica, alegando que as explicações da última não possuíam valor. De modo semelhante, James defendeu no *Principles* (1890/1981) uma psicologia capaz de gerar aplicações práticas sem precisar passar por reformulações metafísicas (Bordogna, 2008; Taylor, 1996). Para James, a discussão metafísica estava fora da alçada de seu livro, uma vez que a aplicação prática da psicologia na vida das pessoas deveria preceder a reelaboração de seus pressupostos epistemológicos. Segundo ele, as pessoas não se importam com a base filosófica última dos fenômenos mentais, apenas os resultados práticos da psicologia lhes importam (James, 1892/1983b). Nesse sentido, ele afirmou que “nós precisamos do completo abandono de questões como alma, ego transcendental, a fusão de ideias ou a partícula *mind-stuff* pelo homem prático. E de uma determinação da parte de filósofos para manter tais questões fora da psicologia” (James, 1892/1983b, p. 273).

Existem outras passagens onde James declarou que a metafísica não tinha lugar em seu livro. Ele acreditava que o postulado mais fundamental na psicologia seria o de que toda pessoa tem pensamentos de algum tipo, portanto qualquer indagação a respeito disso seria “metafísica demais para o escopo deste livro” (James, 1890/1981, p. 185). Além desse, há um outro exemplo claro dessa rejeição no final do capítulo do *Self*. James afirmou nessa altura que o pensamento poderia ser verificado por qualquer escola, contudo nenhuma delas havia até então questionado sua existência. Assim, a psicologia não precisa procurar nada além desse pensamento, pois estaria perdendo tempo em divagações sem propósito se o fizesse. Sua própria teoria sustentou de fato o pensamento e suas condições de existência como seus elementos fundamentais (James, 1890/1981). Na sua concepção, isso era algo indubitável e qualquer questionamento sobre a existência do pensamento seria certamente considerado como metafísica e rejeitado por ele.

O último exemplo de rejeição da metafísica que apontaremos no *Principles* foi retirado do capítulo sobre a atenção. Nessa parte, ele apontou a indagação sobre se há envolvimento de algum princípio de atividade espiritual na nossa atenção como sendo tanto metafísica quanto psicológica (James, 1890/1981). A questão é puramente especulativa, pois não temos meios de verificar se nossos sentimentos reagem ou não aos nossos processos nervosos; e aqueles que respondessem de qualquer maneira a essa questão o fariam em consequência de analogias gerais e pressupostos retirados de outros campos. Como meras hipóteses, as teorias sobre a atenção são igualmente claras e não apresentam razões para nos convencer de sua veracidade. Portanto, quem afirmasse que qualquer uma fosse verdadeira o faria sobre bases metafísicas ou universais ao invés de científicas e particulares (James, 1890/1981).

Percebemos no *Principles* o menosprezo de James pela metafísica. Segundo o autor, “a metafísica estraga as coisas quando se injeta numa ciência” (James, 1890/1981, p. 6). Ele também criticou tanto a teoria do espiritualismo quanto do associacionismo pela mesma razão: elas estariam embebidas em metafísica, que, por sua vez, deveria ser deixada de fora da psicologia (James, 1890/1981).

A literatura nos indica que James busca livrar sua psicologia da metafísica a fim de cumprir os requisitos necessários para estabelecê-la como uma ciência natural (Bordogna, 2008; Ladd, 1892; James, 1892/1983b; Mandler, 2007; Taylor, 1996). Essa busca constitui um outro aspecto da psicologia jamesiana que analisaremos a partir de agora.

O primeiro destaque, que apresentamos como exemplo, é o tópico do capítulo VII do *Principles*, que é chamado exatamente “*Psychology is a natural Science*” - A psicologia é uma ciência natural (James, 1890/1981, p. 183). James afirma que a psicologia é uma ciência natural com todas as palavras – não que ela deveria ser, ou que *pode vir a ser*, mas que ela *é*. Ressaltamos que essa frase é o subtítulo de um dos seus capítulos e está exposta no seu livro de maior destaque.

Além dele, vemos que no capítulo IX, *The Stream of Thought* (O Fluxo de Pensamento), ao tratar da quarta característica do pensamento, que ele sempre parece lidar com objetos independentes de si mesmo, James novamente inclui a psicologia no grupo das ciências naturais de forma explícita no texto:

Os primeiros espaços, tempos, coisas, qualidades que são experienciados pela criança provavelmente se parecem [...] como *seres* simples, nem dentro nem fora do nosso pensamento. Mas depois, por ter outros pensamentos além desse presente, fazendo julgamentos repetidos de igualdade [*sameness*] entre seus objetos, ela corrobora em si mesma a noção de realidades, passado e distante

bem como presente, que nenhum pensamento único nem possui ou engendra, mas que todos são capazes de contemplar e conhecer. Esse, como nós mostramos no último capítulo, é o ponto de vista *psicológico*, o ponto de vista relativamente acrítico e não-idealista de toda ciência natural, além do qual este livro não pode ir. Uma mente que se tornou consciente da sua própria função cognitiva, atua como o que nós chamamos de ‘o psicólogo’ sobre si mesma. Ela não apenas conhece as coisas que aparecem na sua frente; ela sabe que as conhece. Esse estágio de condição reflexiva é, mais ou menos explicitamente, nosso estado mental adulto habitual. (James, 1890/1981, p. 263)

No trecho seguinte, por exemplo, nosso autor resume o modo como tratou a psicologia em relação às ciências naturais:

Eu me mantive próximo do ponto de vista da ciência natural ao longo do livro. Toda ciência natural assume certos dados de maneira acrítica, e se recusa a desafiar os elementos dentre os quais obtém suas próprias ‘leis’ e a partir dos quais suas próprias deduções são conduzidas. A psicologia, a ciência das mentes individuais finitas, assume como seus dados (1) *pensamentos e sentimentos*, (2) *um mundo físico* no tempo e espaço com o qual eles coexistem e que (3) *eles conhecem*. Claro que estes dados em si são discutíveis; mas a discussão deles (como a de outros elementos) é chamada metafísica e fica fora da alçada deste livro. (James, 1890/1981, p. 6)

A tentativa jamesiana de apresentar a psicologia como uma ciência natural foi alvo de críticas na época do lançamento do *Principles* (Ladd, 1892). A discussão que ocorreu entre James e George Trumbull Ladd (1842-1921) sobre a metafísica do cerebralismo é relevante para compreendermos a concepção jamesiana de psicologia como ciência natural, portanto indicaremos a seguir seus pontos principais.

Para Ladd (1892), a rejeição de suposições metafísicas e a fisiologia cerebral não eram bases confiáveis e, se a psicologia cerebral fosse a única alternativa disponível, então não existia uma ciência da psicologia. Nós voltaremos a essa sua crítica mais adiante. Nosso interesse agora é notar que esse autor argumentou que a concepção jamesiana era completamente insustentável e que o próprio James, provavelmente ciente disto, foi contra a mesma. Para ele, James não foi capaz de alocar a psicologia entre as ciências naturais e a introdução de tanta metafísica no livro talvez tenha se devido, portanto, à consciência que James tinha do fracasso da sua fundamentação nas “explosões” e “sobreposições” cerebrais. Seria justamente a intenção jamesiana declarada de manter sua psicologia anti-metafísica e cerebralista que a teria impedido de ser uma ciência (Ladd, 1892). Ladd (1892) também foi o primeiro a mostrar que a rejeição da metafísica em James apresenta um caráter superficial na obra e que, na verdade, James não foi capaz de separar sua psicologia desse tipo de discussão. Concordamos com ele nesse ponto, como buscamos mostrar.

James se defendeu dessas críticas no “*A Plea For Psychology as a Natural Science*”, onde negou que sua psicologia já tivesse se constituído como uma ciência bem estabelecida e que, portanto, Ladd não o havia compreendido corretamente nesse aspecto (James 1892/1983b). O que James pretendia, ao tratá-la *como se ela já fosse* uma ciência natural, era ajudá-la a se tornar uma. Ele nos apresenta então uma definição bastante vaga de como entende a ciência natural: “É um mero fragmento de verdade extraído de sua massa total em benefício exclusivamente da efetividade prática. *Divide et impera*” (James, 1892/1983b, p. 271).

James afirma ainda que a ciência natural pressupõe alguns dados que não cabe a ela questionar, como a existência do mundo físico ou mesmo dos estados mentais. É dever da filosofia geral responder por estas questões - e não da ciência. Todas as

ciências naturais visam à predição prática e ao controle, inclusive a psicologia (James, 1892/1983b). Na visão de James, o maior mérito do *Principles* era propor uma base (o estado mental) sobre a qual pudesse se desenvolver o programa bem delimitado e definido de uma ciência (James, 1892/1983b).

A respeito da relação entre psicologia, metafísica e ciência natural, devemos ter em mente que a psicologia estava dando seus primeiros passos enquanto uma teoria aplicável do conhecimento sobre a vida mental e, portanto, alguns entraves nesse percurso eram até mesmo esperados. Como nos mostra Taylor (1996), a psicologia de 1890 enfrentava um problema duplo para se lançar: primeiramente ela precisava separar-se da metafísica e, em todo caso, a metafísica não estava bem desenvolvida o bastante para sua tarefa de revisar as ciências.

James faz uma ressalva quanto ao estado da sua psicologia, afirmando que ela era uma ciência lutando para sair da sua juventude. Nessa metáfora, uma ciência adulta seria aquela que já tivesse inspecionado a fundo seus objetos, métodos e pressupostos epistemológicos. Com isso ele parece estar explicitando as razões pelas quais seu amparo teórico não foi trabalhado a fundo ou ainda ele poderia estar indicando a razão pela qual ainda não havia empreendido uma reformulação da metafísica positivista e cerebralista que ele julgava impróprias (James, 1890/1981). Em suas palavras, “toda ciência natural assume certos dados acriticamente, e rejeita desafiar os elementos de onde obtém suas leis” (James, 1890/1981, p. 6).

Há também um trecho em que ele manifestou sua opinião a respeito do estado do desenvolvimento da psicologia de sua época. Para ele, a admissão do paralelismo psicofísico (a correspondência entre o processo cerebral inteiro e os estados de consciência) soava como “a conduta mais adequada” (James, 1890, 1981, p. 182) enquanto fundamento da psicologia. De maneira que:

Ao admiti-lo, nossa psicologia permanecerá positivista e não metafísica; e, apesar de que isso certamente é apenas uma parada provisória, e as coisas devem ser pensadas mais a fundo algum dia, nós devemos sustentá-lo neste livro, e bem como rejeitamos a *mind-dust*, devemos desconsiderar a alma [enquanto fundamento para a psicologia]. (James, 1890/1981, p. 182)

No capítulo VII, *The Methods and Snares of Psychology*, a introspecção está sendo discutida enquanto método de investigação. Alguns problemas sobre ela são levantados e o próprio James afirma então que ela é “o último monumento da juventude de nossa ciência, ainda não técnica e compreensível apenas de modo geral, como a Química de Lavoisier, ou a Anatomia antes de quando o microscópio foi usado” (James, 1890/1981, p. 191).

Qual era, afinal, a opinião de James sobre o desenvolvimento geral da psicologia? Ele chegou a afirmar que ela atingiria o mesmo patamar de sofisticação da física pós-Galileu e da química pós-Lavoisier (James, 1892/1983b). Também acreditava que a psicologia viria a se estabelecer mais solidamente enquanto campo do conhecimento. Mas, enquanto isso não ocorria, ele seguia a doutrina positivista ao espelhar sua psicologia no desenvolvimento das ciências naturais. Ele também se aproximou da doutrina comteana ao buscar as leis observáveis ao invés das causas dos fenômenos. Ressaltamos que, ainda que não tenha elaborado isso explicitamente, James adotou uma consideração fenomenológica\* para sua psicologia, onde essa deveria se limitar ao “mero fenômeno, à coisa imediatamente conhecida” e a considerar a relação entre o estado de consciência e o processo cerebral inteiro (James, 1890/1981, p. 182). Entendemos essa consideração fenomenológica como a tentativa de James de deixar sua

---

\* O termo é usado aqui como um simples adjetivo, no sentido de mera apreciação das coisas como elas se apresentam, sem perseguir as causas últimas ou essenciais de seu funcionamento – não nos referimos à fenomenologia enquanto sistema filosófico.

psicologia sobre o que ele considerava serem as bases mais seguras disponíveis. Se não era possível ainda superar o cerebralismo e o positivismo, o mais seguro seria então restringir a psicologia ao estudo das coisas como elas se apresentam, sem perseguir suas causas.

Dessa forma, esses trechos servem como evidência de que James acreditava que a psicologia viria a se desenvolver enquanto ciência. Para ele, ela “*se contenta com leis verificáveis, e busca apenas ser clara e evitar hipóteses inseguras*” (James, 1890/1981, p. 182).

Mas se James não estava então totalmente satisfeito com o positivismo e o cerebralismo como fundamentos para a psicologia, por que razão ele os empregou no *Principles*? Isso ocorreu porque James priorizou a aplicação prática da psicologia em detrimento da sua reelaboração metafísica. Assim, seria melhor fazer alguma psicologia, ainda que carente de reformulações metafísicas, do que deixar de fazê-la aguardando que a metafísica espontaneamente se tornasse forte o bastante para executar sua tarefa de fundamentar essa ciência. Vemos isso nos trechos em que James demonstrou sua crença de que um dia a psicologia poderia vir a superar os obstáculos epistemológicos que ela então enfrentava.

Para Taylor (1996) o tipo de metafísica positivista e naturalista disponível na época não era adequado para a psicologia e James na verdade já sabia disso quando escrevera o *Principles*. Ele percebera que o reducionismo positivista era, na verdade, baseado na metafísica do fisicalismo; e que o experimentalismo, o materialismo radical e o reducionismo positivista não poderiam proporcionar uma compreensão completa da pessoa (Taylor, 1996). Essa não deveria ser transformada em dados científicos normativos, pois o cerne da psicologia deveria ser o estudo científico da consciência, entendida por James como experiência em todas as suas formas (Taylor, 1996).

Por fim, vemos que James deu à psicologia o status de ciência natural, porém com a ressalva de que ela era uma ciência ainda jovem (James, 1890/1981), que depois iria se desenvolver melhor e assumir uma forma mais completa. Além disso, ele assumiu como dados da psicologia no *Principles*: pensamentos, sentimentos, um mundo físico no tempo e no espaço com o qual eles coexistem e que eles conhecem (James, 1890/1981, p. 6).

No próximo subtópico veremos como o *Principles* está cheio de discussões metafísicas a despeito das manifestações jamesianas de que este assunto deveria ser mantido fora do livro.

### **1.3- A Metafísica no *Principles***

Até o *Principles*, James apresentou sua psicologia como uma ciência natural, e com isso ele pretendia principalmente que ela não deveria questionar os dados nos quais se baseava e nem se propor a discussões metafísicas (Bordogna, 2008). Alguns autores questionam, porém, se James teria se mantido firme a sua promessa de ignorar a metafísica no decorrer do livro (Seigfried, 1984, 1986; Taylor 1996). Buscaremos elucidar essa questão a partir de agora.

É fácil encontrar ao longo do livro diversos trechos em que a metafísica aparece, inclusive com destaque. Talvez o mais representativo desses trechos seja o sexto capítulo (*The Mind-Stuff Theory*), pois ele é todo metafísico, no sentido de abordar assuntos que estão além da experiência (James, 1890/1981). A teoria que dá nome ao capítulo defende que nossos estados mentais superiores são compostos em estruturas, construídas a partir da agregação de estados menores (James, 1890/1981). Essa teoria é apresentada, discutida e rejeitada por James, que considerava inadmissível sua premissa básica - a autocomposição dos estados mentais. Ele argumenta que, em si, a soma das

partes de alguma coisa não pode constituir algo novo, o que pode ocorrer apenas é o observador nomear essa soma com um nome diferente daquele que atribuiu às partes (James, 1890/1981).

Outro assunto metafísico que aparece com destaque ainda no sexto capítulo é o problema da relação mente-cérebro, uma questão clássica na filosofia da psicologia. Para James, antes de tudo, é preciso elucidar os termos do problema para que a discussão possa avançar (James, 1890/1981). As teorias da alma e da mônada-material foram então discutidas e James (1890/1981) defendeu que a primeira era completamente supérflua, pelo menos da maneira como ela aparecia na psicologia. Ele concluiu que ninguém poderia ser obrigado a aceitá-la por razões científicas, pois essas não seriam convincentes, e então discutiu as razões práticas que poderiam justificá-la, se referindo à imortalidade da alma e a nossa responsabilidade perante a Deus. Para James (1890/1981), a alma substancial não explicava e nem garantia nada, e ele rejeitou sua utilidade enquanto pressuposto na psicologia alegando essas razões. Concluiu a discussão afirmando que se livrou da responsabilidade de utilizar o termo “alma” em seu livro e que, se acaso o fizesse, seria apenas no sentido mais vago e impreciso da maneira popular.

Consideramos as discussões citadas acima como metafísicas segundo o sentido jamesiano: “Metafísica significa nada mais do que um esforço incomum e obstinado para pensar claramente” (James, 1890/1981, p. 148). Procuramos mostrar com esses trechos que James várias vezes abordou assuntos em seu livro que ele explicitamente considerou metafísicos. Portanto, há mesmo uma incongruência aparente entre o que foi prometido no prefácio do *Principles* e aquilo que James de fato apresentou ao longo de seus capítulos (Seigfried, 1984, 1986; Ladd, 1892), visto que ele havia proposto deixar a metafísica fora de seu livro, mas não cumpriu com isso. Veremos a seguir como essa

questão está relacionada à concepção de psicologia do autor e a razão pela qual ela não representa uma mera incongruência do seu pensamento, mas sim um desdobramento de suas posições teóricas.

## **CAPÍTULO 2. A CONCEPÇÃO DE PSICOLOGIA NO *PRINCIPLES***

No capítulo anterior discutimos algumas questões preliminares para o nosso objetivo de elucidar a concepção de ciência no *The Principles of Psychology* (1890/1981) de William James. Discutimos, principalmente, os problemas gerados por uma suposta dicotomia entre ciência natural e metafísica tanto na forma de uma abordagem mais geral, quanto na obra específica em questão. Também buscamos esclarecer o significado desses termos no contexto da psicologia jamesiana, para não criarmos mais confusão ao tratar deles.

Exploramos neste capítulo os fundamentos da psicologia jamesiana, ressaltando como eles foram selecionados tendo em vista uma proposta deliberada e manifesta de mantê-los dentre as hipóteses menos controversas e mais sólidas possíveis, de modo a dar uma sustentação teórica robusta o bastante para lançar uma ciência ainda jovem, mas que tivesse força e coesão suficientes para se consolidar como um empreendimento estável, capaz de gerar aplicações práticas para a sociedade. Nesse contexto de surgimento da psicologia na América do Norte, era do interesse de James evitar desperdiçar esforços com discussões a respeito de hipóteses metafísicas para poder assim lançar uma ciência da vida mental que considerasse mais fenômenos do que os que eram aceitos até então e que tivesse o cérebro como principal condição de existência.

### **2.1 O cerebralismo enquanto fundamento da psicologia jamesiana**

James (1890/1981) tentou encontrar uma base comum que pudesse ser amplamente aceita na psicologia, pois ele acreditava que a falta de consenso a respeito dos fundamentos teóricos desta ciência também constituía um entrave para o seu

desenvolvimento pleno. Desse modo, ele partiu do ponto que considerava ser unânime entre os psicólogos e, no final do capítulo seis, apostou na alma como uma ideia mais natural, aproximada do senso comum e menos controversa de explicar a vida mental com uma teoria sistematizada. Essa perspectiva, chamada de teoria espiritualista, seria menos questionável, segundo ele, do que as teorias da *mind-stuff* (segundo a qual os estados mentais inferiores se organizam de forma autônoma e formam os estados mentais superiores) ou da mônada-material (a teoria segundo a qual haveria um local no cérebro responsável pelo controle superior da vida mental). Ainda assim, se fosse possível abrir mão de todas essas teorias e considerar apenas o mero fenômeno bruto, sem suposições decorrentes, essa seria então uma base ainda mais confiável para fundamentar a psicologia, segundo o autor. A psicologia deveria, portanto, considerar o mero paralelismo psicofísico ao invés de alguma teoria mais elaborada sobre os fenômenos mentais. Na verdade, ela deveria permanecer fazendo isso pelo menos até que uma teoria mais convincente surgisse – de fato o autor dá indícios de que acredita que isso viria mesmo a acontecer. Sua posição é exposta no trecho a seguir:

Eu confesso, portanto, que postular uma alma influenciada de alguma maneira misteriosa pelos estados cerebrais e respondendo a eles por afecções conscientes próprias, me parece a linha com menos resistências lógicas que até então nós tenhamos concebido.

Se ela não explica nada estritamente falando, ela é de todo modo menos positivamente questionável do que qualquer crença na *mind-stuff* ou na mônada-material. *O mero FENÔMENO, entretanto, a COISA IMEDIATAMENTE CONHECIDA que do lado mental é uma oposição com o processo cerebral inteiro é o estado de consciência e não a alma em si.* Muitos dos mais fervorosos crentes na [teoria da] alma admitem que nós a conhecemos apenas como uma

inferência por experiencarmos seus estados. No capítulo X, desta forma, nós devemos considerá-la novamente, *e nos perguntarmos se, depois de tudo, a averiguação de uma correspondência imediata vazia, termo por termo, da sucessão de estados de consciência com a sucessão dos processos cerebrais totais, não é a fórmula psicofísica mais simples, e a última palavra de uma psicologia que se contenta com suas leis verificáveis, e busca apenas ser clara e evitar hipóteses inseguras.* Tal mera admissão do paralelismo empírico parecerá lá [no capítulo dez] como o procedimento mais sábio. (James, 1890/1981, p. 181-182, grifos no original)

Destacamos então sua atitude de preferir uma psicologia “neutra” no que diz respeito a alguns de seus pressupostos metafísicos, como era o caso especificamente da teoria *mind-stuff* e da mônada-material. Nesse contexto, ele recorreu ao cérebro como fundamento para sua psicologia enquanto rejeitou essas duas teorias. Em suas palavras:

Experiências corporais, portanto, e mais particularmente experiências cerebrais, devem assumir um lugar entre aquelas condições da vida mental que o psicólogo deve considerar. *O espiritualista e o associacionista devem ser ambos ‘cerebralistas’,* ao ponto de pelo menos admitir que certas peculiaridades na maneira de trabalhar de seus princípios favoritos são explicáveis apenas pelo fato de que as leis do cérebro são um co-determinante do resultado. (James, 1890/1981, p. 18)

Desse modo, ele estabeleceu o cerebralismo alegando que ele seria uma base mais clara e segura para sua psicologia e esperava que ele fosse sólido o bastante para amparar a ciência que ele pretendia consolidar, pelo menos até que surgisse alguma alternativa ainda mais vantajosa. É preciso ter o cuidado de definir os termos que utilizamos aqui de acordo com a visão do próprio James para garantirmos estar tratando

mais adequadamente dos termos. Assim, quando falamos de cerebralismo, estamos nos referindo à busca pelo estabelecimento das leis de correlação entre os estados mentais e os estados cerebrais (James, 1892/1983b). Consideramos esse um fundamento importante para a compreensão da sua concepção de psicologia científica, pois algumas peculiaridades no seu uso precisam ser ressaltadas, como buscaremos fazer a seguir.

James defendeu o cerebralismo como fundamento de sua psicologia, mesmo não acreditando piamente que essa situação devesse ser mantida indefinidamente, como ele mesmo manifestou: “Não que já *tenhamos* hoje uma ‘ciência’ das correlações entre os estados mentais e os estados cerebrais; mas sim que a averiguação de tais leis de correlação forma o *programa* de uma ciência bem delimitada e definida” (James, 1892/1983b, p. 275, original em itálico). Ou seja, nos parece que ele não estava plenamente satisfeito com o cerebralismo, portanto acreditava que a psicologia poderia superá-lo um dia, ainda que ele fosse amplamente aceito pelos psicólogos da época.

Contudo, o cerebralismo não era tão facilmente aceito na psicologia quanto James parecia esperar. Como vimos, Ladd criticou James por tentar estabelecer a psicologia como uma ciência natural e por fundamentá-la no cerebralismo. Vistos seus argumentos quanto ao primeiro ponto, vejamos agora em detalhes o segundo deles, pois eles são relacionados e complementares. Sua crítica ao cerebralismo se fundamenta principalmente no que ele chamou de inacessibilidade dos estados cerebrais – em outras palavras, sobre não ser possível observar diretamente o cérebro funcionando. Para ele, a psicologia não seria capaz de investigar esses estados, portanto não poderia depender disso para se desenvolver enquanto ciência (Ladd, 1892). James rebateu essa crítica negando que sua psicologia tenha se baseado apenas na investigação dos correlatos cerebrais dos estados mentais, uma vez que esses últimos também se relacionam com outros eventos físicos, como nossos nervos periféricos, por exemplo (James,

1892/1983b). Podemos suspeitar que Ladd não tenha ficado satisfeito com essa resposta, uma vez que a crítica baseada na inacessibilidade dos estados cerebrais pode ser facilmente aplicada também para a inacessibilidade dos estados dos nervos periféricos, afinal também não é possível observar diretamente seu funcionamento. De todo modo, segundo James a crítica ao cerebralismo só deixa duas opções: rejeitá-lo completamente e com isso abrir mão do grande poder explicativo que ele possui na psicologia – ele citou a doutrina das afasias como um exemplo de conquista do cerebralismo –, ou aceitá-lo, pelo menos até que uma ciência estável surgisse da brecha que o cerebralismo então representava (James, 1892/1983b).

Seigfried (1986) está correta ao observar que James se posicionou no *Principles* contra a redução de estados mentais a estados fisiológicos. Essa era uma estratégia apenas provisória para James, ele não tinha a pretensão de defender que o cerebralismo fosse permanecer como fundamento da psicologia após a consolidação dessa em uma ciência estável e sólida. Dessa maneira, ressaltamos que o cerebralismo para James foi preferido em virtude da sua capacidade de gerar consequências práticas desejáveis naquele estágio do desenvolvimento da psicologia enquanto ciência. Ele buscou ser comedido em sua defesa desse fundamento, uma vez que, ao invés de optar por justificá-lo como uma hipótese mais próxima da verdade, ele se limitou a apresentar as vantagens práticas que sua adoção poderia trazer para a psicologia.

Vemos a esse respeito uma manifestação inequívoca e relevante da opinião de James quanto ao estado da psicologia em sua época. Em suas palavras: “Não precisamos fingir que já tenhamos uma ciência; mas podemos encorajar aqueles que estão trabalhando pelo seu futuro e remover entraves metafísicos do seu caminho. Em suma, podemos ter aspirações” (James, 1892/1983b, p. 276). Encontramos não apenas a consideração da psicologia enquanto um projeto de ciência, mas também um

posicionamento otimista de James segundo o qual nos seria permitido acreditar no pleno desenvolvimento da mesma assim que fossem superados alguns entraves.

Um dos entraves que a psicologia enfrentava (e é interessante lembrar que ela ainda não foi capaz de superá-lo até hoje) é justamente o problema da relação entre mente e cérebro. James tratou da dificuldade de estabelecer essa conexão, defendendo que seria melhor que nos contentássemos com a vagueza das afirmações mais seguras disponíveis sobre o assunto do que nos arriscarmos em um determinado caminho que nós não tivéssemos garantia de que seria o correto. Assim, ele foi mais conservador em suas suposições e procurou não embasar a psicologia em hipóteses questionáveis, ocasião na qual afirmou:

A consciência acompanha o fluxo de inervação através daquele órgão [o cérebro] e varia em qualidade com o feitio das correntes [nervosas], sendo principalmente de coisas vistas se os lobos occipitais estão muito envolvidos, de coisas ouvidas se a ação é focalizada nos lobos temporais, etc.; e eu adicionei que uma fórmula vaga como essa era até onde podíamos ir com segurança no estado atual da fisiologia. [...] A consciência, que é em si uma coisa integral não constituída de partes, ‘corresponde’ à atividade inteira do cérebro, seja lá o que isso for, no momento. Essa é uma maneira de expressar a relação entre mente e cérebro da qual eu não devo me afastar durante o restante do livro, porque ela expressa o mero fato do fenômeno sem hipóteses, e não está sujeita às objeções lógicas tais como as encontradas na teoria das ideias em combinação. (James, 1890/1981, p. 177)

Moore (1965) notou que, apesar de James não ter resolvido o problema mente-corpo, ele o atrelou a uma primeira formulação moderna: depois do *Principles*, a mente como entidade desapareceu e se tornou uma função do processo de conhecer (James,

1904/1976). Nesse contexto, mente e consciência são tomadas no mesmo sentido e a partir daí qualquer psicologia deveria ser, antes de tudo, uma ciência da consciência.

Considerados os pontos acima, um critério claro para delimitar os fenômenos que devam ser estudados por uma ciência precisa estar contido na visão geral de um autor sobre a mesma. Desse modo, se a psicologia é a ciência da vida mental, é preciso que sejamos capazes de pinçar os fenômenos mentais da totalidade de fenômenos que encontramos pelo mundo, ou seja, é preciso eleger um critério capaz de distinguir uma percepção de um objeto do objeto real cuja existência independe dele ser observado por alguma pessoa. Mas como fazer isso? A esse respeito, James apresentou o seguinte critério de mentalidade:

A busca de metas futuras e a escolha de meios para sua obtenção é, então, a marca e o critério da presença de mentalidade em um fenômeno. Todos nós usamos esse teste para discriminar entre uma performance inteligente e uma mecânica. Nós não atribuímos mentalidade a paus e pedras, porque eles nunca parecem se mover por causa de alguma coisa, mas sempre quando empurrados, e então indiferentemente e sem sinal de escolha. Então nós os chamamos de inanimados sem hesitar. (James, 1890/1981, p. 21)

Assim, a partir da definição de psicologia encontrada no *Principles*, James determinou que os fenômenos que poderiam ser considerados mentais seriam necessariamente aqueles que se orientassem segundo uma meta, enquanto suas condições de ocorrência compreenderiam aquilo que dizia respeito ao nosso sistema nervoso e, especificamente, aos estados cerebrais.

## **2.2 A ciência da vida mental, de seus fenômenos e condições**

Deve-se observar que toda ciência, para se estabelecer como campo de conhecimento precisa posicionar-se enquanto ciência de algo e então definir um objeto ao qual irá dedicar seus esforços e que orientará o desenvolvimento de suas atividades. Consideremos agora como a psicologia em particular enfrenta sérios problemas para estabelecer um objeto de estudo que seja aceito por unanimidade tanto por sua comunidade acadêmica quanto pela profissional.

Vejamos um exemplo da manifestação desse problema na história da psicologia. No início do século XX, ao mesmo tempo em que havia, de um lado, a psicanálise defendendo a primazia do inconsciente sobre a consciência (Freud, 1900/1996, 1915/1994), encontra-se, do outro, o movimento behaviorista recusando explicitamente tanto o inconsciente quanto a consciência na psicologia (Watson, 1913). Ora, a complexidade da questão dividiu os psicólogos em correntes teóricas com objetos de estudo tão distintos como o inconsciente e o comportamento. Nesse exemplo, tratamos apenas de dois objetos, mas é importante atentarmos para a multiplicidade de teorias psicológicas distintas que podem ser encontradas ainda hoje e, conseqüentemente, para os diversos objetos que elas propõem. Dessa maneira, é revelada a necessidade de analisar essas concepções com atenção e cuidado a fim de proporcionar à psicologia uma compreensão mais robusta de seus fundamentos epistemológicos.

A complexidade da psicologia está diretamente relacionada com a complexidade do ser humano e são vários os problemas teóricos que os psicólogos enfrentam no decorrer de sua história. A esse respeito, Allport (1943) indica seis enigmas com os quais todo psicólogo depara-se inevitavelmente ao longo de sua vida profissional. Ele afirma que alguns podem até tentar solucionar um ou outro desses enigmas, ainda que a maioria fuja desse tipo de questão, e destaca William James como um autor que se dedicou a todos os seis em sua obra (Allport, 1943). São estes os enigmas:

1. Como a mente que você estuda é relacionada com o seu corpo? O enigma psicofísico.
  2. Os métodos objetivos que você preferiu empregar são adequados para os fatos subjetivos que são seus dados finais? O enigma do positivismo.
  3. Como explicar a integração e unidade que a personalidade humana manifesta? O enigma do self.
  4. Por que é que, a despeito do seu postulado de determinismo estrito, você vacila, e quase sempre age sob uma hipótese de indeterminismo? O enigma do livre-arbítrio.
  5. Por que é que as velhas leis de conexão mental, retrocedendo a Aristóteles, parecem às vezes adequadas e às vezes inadequadas para explicar a organização dos processos mentais superiores? O enigma da associação.
  6. Por que, após fazer suas análises dos estados mentais, você é incapaz de encontrar na soma-total deles uma aproximação fiel do jeito que a vida mental é única e individualmente apresentada na natureza? O enigma da individualidade.
- (Allport, 1943, p. 96-97)

O *Principles of Psychology* é um livro com ênfase reconhecidamente teórica, isto é, que não era destinado diretamente à aplicação seja na educação, na indústria ou na terapia (Embree, 1986), apesar de que James não ignorou a importância dessa aplicação. Dessa forma, ele de fato lidou com esses e outros enigmas e o fez com muito cuidado, contribuindo com discussões fundamentais para a psicologia com um cuidado extraordinário que justifica a influência de sua obra.

Buscando uma compreensão mais completa de sua concepção de psicologia como apresentada nesse livro, expomos a seguir sua definição manifesta de psicologia: “A psicologia é a ciência da vida mental, tanto de seus fenômenos quanto de suas

condições” (James, 1890/1981, p. 15). Ainda no prefácio do *Principles* vemos também que o ‘pensamento íntegro e suas leis de coexistência com estados cerebrais’ são o alicerce de sua psicologia (James, 1890/1981, p. 6). Já vimos a respeito desse alicerce na seção anterior. É preciso agora analisar essa definição sintética, então vejamos o que ele entendia por fenômenos e condições da psicologia.

Em primeiro lugar, segundo o autor: “Os fenômenos são as coisas que chamamos sentimentos, desejos, cognições, raciocínio, decisões e similares” (James, 1890/1981, p.15). Ele afirma, em seguida, que a maneira mais natural e rápida de unificar esse material é classificá-lo, primeiramente, e depois unificá-lo sob uma entidade simples, como a alma, que será então considerada a responsável por essas manifestações (James, 1890/1981). Outra maneira de classificá-lo seria através dos elementos comuns presentes nos diversos fatos mentais, explicando-os segundo suas formas de organização - “como se explicássemos casas através de pedras e tijolos” (James, 1890/1981, p. 15). Enquanto a primeira maneira de explicação é derivada da teoria espiritualista, a segunda é relacionada com o associacionismo (James, 1890/1981).

Embree (1986) nos mostra que a atitude de James no *Principles* é construída em contraste com três posições metafísicas. A primeira é o espiritualismo (apesar de Embree preferir chamá-lo de psicologia das faculdades); a segunda é o ego puro do movimento de Kant a Hegel e dos hegelianos britânicos; e a terceira é o que ele preferiu chamar de “atomismo” ou de “associacionismo”, mas que James ataca sob o nome de teoria “*mind-dust*”. O produto dessa construção, que ele próprio denominou de “um ponto de vista estritamente positivista”, James considerava como sua maior contribuição para a psicologia (James, 1890/1981).

A respeito das condições da vida mental, James indicou que elas seriam as condições do corpo, principalmente (James, 1890/1981). Defendeu que “a faculdade [mental] não existe de forma absoluta, mas funciona sob certas condições, e a busca pelas condições se torna a tarefa mais interessante do psicólogo” (James, 1890/1981, p. 17). Usando como exemplo a faculdade da memória, ele escreveu: “As experiências do corpo são então uma das condições para a faculdade da memória ser o que ela é” (James, 1890/1981, p. 17). Não basta, portanto, que fatos tenham ocorrido no passado, é preciso que estivéssemos lá para ter experiências deles e então poder recordá-los posteriormente.

Tratando agora da vida mental como um todo, o autor especifica o cérebro como uma de suas condições mais importantes: “E uma pequena quantidade de reflexão sobre os fatos mostra que uma parte do corpo, a saber, o cérebro, é a parte com a qual as experiências estão mais diretamente preocupadas” (James, 1890/1981, p. 17). Dessa forma, James expõe a necessidade do psicólogo de recorrer à fisiologia para fundamentar sua própria ciência, concluindo que “uma certa quantidade de fisiologia cerebral deve ser pressuposta ou incluída na psicologia” (James, 1890/1981, p. 18).

James já nesse primeiro capítulo escreveu uma nota onde ele discute algumas teorias vigentes em sua época, algo que ele fez várias vezes ao longo de sua obra. Como vimos no trecho acima, as duas teorias mencionadas foram o espiritualismo e o associacionismo. Entretanto, é preciso atentar para o fato de que a apresentação dessas teorias não implica que James esteja aceitando completamente sua validade enquanto fundamento para o tema. De fato, notamos que ao apresentar as condições da vida mental, ele não se compromete com nenhuma dessas teorias e apenas sugere que, independentemente das diferenças que possuam, ambas não podem abrir mão do cerebralismo.

### 2.3 O início da ampliação do escopo da psicologia no *Principles*

Gostaríamos de indicar mais um aspecto da psicologia jamesiana que diz respeito aos assuntos que, para James, deveriam ser estudados por esta ciência. Ele se posicionou contra o *mainstream* científico da época e defendeu que a psicologia não se limitasse apenas aos estados normais de consciência, mas que abrangesse também os estados ditos anormais, como a hipnose, casos de múltiplas personalidades ou fenômenos psíquicos (James, 1890/1981, 1890/1983a, 1902/1985; Sech Jr., Araujo & Moreira-Almeida, 2013; Taylor, 1984). Podemos dividir as considerações sobre a abrangência de assuntos da psicologia jamesiana em dois eixos: um centrado no *Principles* e o outro nas obras posteriores a ele.

Taylor (1996) indica a tentativa consciente de James para estabelecer a psicologia como uma ciência capaz de gerar resultados práticos e de explicar fenômenos até então ignorados pelo *mainstream* científico. De fato, algumas passagens evidenciam a proposta jamesiana de incluir novos fenômenos na psicologia, como esta a seguir:

[E]u estou convencido de que um estudo sério desses fenômenos de transe é uma das maiores necessidades da psicologia, e penso que minha confissão pessoal poderia arrastar um leitor ou dois para um campo que aquele que se diz ‘cientista’ usualmente se recusa a explorar. (James, 1890/1981, p. 375)

Há também um trecho do *The Hidden Self* que insiste sobre o mesmo ponto: “Um estudo comparativo do transe e estados subconscientes é enquanto isso da mais urgente importância para a compreensão da nossa natureza” (James, 1890/1983a, p. 268).

Considerando trechos como esses, é necessário reconhecer que o início da ampliação do escopo da psicologia já podia ser encontrado no *Principles*. De fato, nesse livro James já considerava fenômenos extraordinários que viriam a marcar suas obras psicológicas tardias. No trecho abaixo, por exemplo, vemos que ele já apontava a necessidade de que a psicologia se atentasse para os casos do que ele chamou de “alucinações verídicas”, fenômenos que desafiavam explicações tradicionais, mas que começavam a receber considerações, ainda que isoladas, da ciência:

Casos esporádicos de alucinação, ocorrendo apenas uma vez na vida das pessoas (esses parecem ser de longe o tipo mais frequente), são difíceis de entender em detalhes em qualquer teoria. Eles são muitas vezes extraordinariamente completos; e o fato de que muitos deles são reportados como verídicos, isto é, como coincidindo com eventos reais, como acidentes, mortes, etc., das pessoas vistas, é uma complicação adicional do fenômeno. O primeiro estudo verdadeiramente científico da alucinação em todas suas possíveis relações, baseado em uma grande quantidade de material empírico, foi iniciado por Sr. Edmund Gurney e continuado pelos membros da Sociedade para Pesquisa Psíquica; e o ‘Censo’ está agora sendo aplicado a diversos países sob os auspícios do Congresso Internacional de Psicologia Experimental. É de se esperar que desses esforços combinados alguma coisa sólida irá eventualmente germinar. Os fatos lançam luz sobre os fenômenos de automatismo motor, transe, etc., e apenas um amplo estudo comparativo pode gerar resultados realmente instrutivos. (James, 1890/1981, p. 773)

Trazemos uma outra passagem interessante, sobre um tipo de alucinação que James considerava extraordinário. A última nota de rodapé do capítulo XXI (A Percepção da Realidade) do *Principles* foi escrita por James para acrescentar alguns

fatos que chegaram a seu conhecimento e que, por ele não saber exatamente como tratá-los, preferiu apenas expô-los sem comentários adicionais. O fenômeno em questão também é derivado do Censo de Alucinações e foi relatado pelas pessoas como uma crença muito forte na “impressão de uma presença” sem qualquer envolvimento das sensações corporais (James, 1890/1981). James expôs em nota um episódio que considerou como o mais notável. Trata-se do caso relatado pela esposa de um senhor cego desde a infância, onde este frequentemente tinha experiências de sentir uma presença que atribuía a um homem, grisalho, já falecido e que o visitava quase diariamente esgueirando-se por debaixo da porta de sua sala e ali permanecendo por alguns instantes. O homem atribuía tal visão ao seu hábito de consumir um chá forte, uma vez que as visões pararam de ocorrer quando ele suspendeu o consumo da bebida. Para James não havia sinais de envolvimento da imaginação visual do homem no caso, lhe parecia mais provável tratar-se de uma concepção intensamente definida, a qual o sentimento de realidade presente foi acoplado. Essa nota é um achado importante para o trabalho de identificar a introdução das pesquisas psíquicas na psicologia jamesiana, pois indica que ele considerou fenômenos extraordinários já no *Principles*. Ainda que ele não tenha feito uma tentativa sistemática de explicar esse episódio, a mera menção dele no livro já sugere que seu interesse nesses fenômenos é anterior ao ano de 1890. Passagens como essas devem demonstrar que James considerava fenômenos que iam além dos já classicamente tratados pela psicologia, como no caso das “alucinações verídicas” ou das “impressões de uma presença”. Esses casos evidenciam também que James já considerava as pesquisas psíquicas e os resultados da Sociedade para Pesquisa Psíquica mesmo durante os doze anos em que escrevera o *Principles*.

Sech Jr., Araujo & Moreira-Almeida (2013) argumentam que o interesse de James pelas pesquisas psíquicas era uma manifestação da sua proposta de manter os

limites da investigação científica abrangentes. A adição de novos fenômenos no campo da psicologia revelaria a necessidade de superar obstáculos teóricos e metodológicos. As soluções encontradas por James, contudo, parecem possibilitar a inclusão tanto dos fenômenos psíquicos quanto de outros estados mentais relacionados (Sech Jr., Araujo & Moreira-Almeida, 2013).

Além disso, é fundamental considerarmos que sua psicologia excede o *Principles of Psychology* de 1890 e que James ainda escreveu sobre o assunto até pelo menos 1902, como nos mostra Taylor (1996). Assim, é imprescindível acompanhar as obras posteriores ao *Principles* para detalhar o desenvolvimento de suas ideias e da sua concepção de psicologia.

No *Principles*, vemos uma psicologia feita com bases epistemológicas menos controversas, focando nos resultados práticos que essa ciência poderia gerar (Taylor, 1996). O resultado é um livro-texto basicamente naturalista e positivista. Depois disso, no *The Hidden Self* (James, 1890/1983a) e no *Lowell Lectures* (Taylor, 1984), James expande ainda mais o escopo da psicologia, buscando o estudo de uma variedade maior de fenômenos e consequentemente forçando tal ciência a rever suas bases epistemológicas. Posteriormente, ele ainda escreveu sobre psicologia na obra *The Varieties of Religious Experience* (James, 1902/1985), onde incrementou os assuntos tratados, abarcando novas esferas da experiência humana para além da cognição regular, que já havia sido explorada no *Principles*.

À medida que novos fenômenos eram incluídos, James ia adaptando sua psicologia a eles. Para conveniência desta apresentação, distinguimos aqui dois tipos de psicologia segundo o caráter dos fenômenos com os quais elas se ocupam: *normal* e *anormal*. Dessa maneira, os fundamentos da ciência de laboratório eram suficientes para descrever a personalidade *normal* (aquela sem alterações consideradas patológicas)

baseada na psicologia fisiológica. Mas, para trabalhar com manifestações *anormais* (como histeria, escrita automática, mudanças de personalidade, hipnotismo), James precisou recorrer à psicologia experimental francesa do inconsciente, que forma partes importantes dos capítulos “*The Relations of Minds to Other Things*”, “*The Self*” e “*Hypnotism*” do *Principles* (James, 1890/1981). Quanto ao impacto desses novos dados na psicologia jamesiana, mantemos que a psicologia anormal demonstrou a existência de estados dissociados de consciência, sugerindo a James a possibilidade de diferentes campos da consciência no interior da vida mental. Já a pesquisa psíquica propôs que a clarividência e as habilidades telepáticas estavam associadas com estados evolucionários superiores de consciência.

Com a ampliação do escopo da psicologia, ele desafiava as convenções sobre a separação entre ciência natural e metafísica. De fato, a primeira não poderia prescindir da segunda, tanto é que James não foi capaz de mantê-las completamente afastadas. Os fenômenos excepcionais que ele defendeu que deveriam ser estudados são uma manifestação da sua atitude geral quanto à psicologia. Embora ele buscasse mantê-la mais segura e menos controversa possível tendo em mente a necessidade de fortalecimento de suas bases a fim de lançá-la como uma ciência sólida, James também entendia que, enquanto ciência da vida mental, ela precisava lidar com os chamados fenômenos excepcionais. O problema que ele então enfrentava era fornecer uma metafísica que abarcasse esses fenômenos, uma vez que o cerebralismo não era uma alternativa muito competente para explicá-los e que os métodos tradicionais empregados não eram adequados para esse tipo de investigação.

## CAPÍTULO 3 – OS MÉTODOS DA PSICOLOGIA NO *PRINCIPLES*

James escreveu seu *Principles of Psychology* (1890/1981) sob o ponto de vista da ciência natural, e com isso ele queria dizer que sua psicologia tinha como objetivo estudar a vida mental, seus fenômenos e suas condições. Nos capítulos anteriores, já discutimos sua definição de psicologia e também suas considerações a respeito de seu objeto de estudo. Neste capítulo, tratamos a questão do método no *Principles*, ressaltando a importância da introspecção para sua psicologia e apresentamos também outros métodos psicológicos, apontando como eles eram considerados por James como meros complementos do método introspectivo. Nesse seu livro, James também dedicou um capítulo para discutir os métodos e as “ciladas” da psicologia (chamado de “*The Methods and Snares of Psychology*”), onde ele listou as maiores dificuldades que o psicólogo enfrentava em seu trabalho (estivesse consciente disso ou não).

### 3.1 Introspecção

James começou a tratar sobre o tema da introspecção em seus textos em 1880, inaugurando com o artigo “*The Association of Ideas*”, seguido do livro “*The feeling of effort*” (W. James, 1880a, p. 589; 1880b, p. 7). Mas seu interesse nele é bem anterior a isso, pois já em uma carta enviada a seu irmão Henry em 24 de agosto de 1872 ele manifestou que vinha estudando o tema (Araujo & de Souza, 2015):

A nomeação para ensinar fisiologia é um presente de Deus perfeito neste momento, um motivo externo para trabalhar, que não me demanda esforço excessivo – lidar com pessoas ao invés de minha própria mente e uma distração daqueles estudos introspectivos que criaram em mim um tipo de hipocondria

filosófica recentemente e dos quais certamente me fará bem abdicar por um ano. (H. James, 1920, I, p. 167 – como citado em Araujo & de Souza, 2015 – tradução nossa)

James mencionou o termo “introspecção” em vários outros artigos na década de 1880 (W. James, 1880a; 1880b; 1884a; 1884b; 1888), mas ele era utilizado apenas para sustentar seu ponto de vista a respeito de outros temas, como a associação de ideias, o sentimento de esforço e a vontade. Até então ele ainda não havia dedicado uma discussão mais aprofundada ao tema (Araujo & de Souza, 2015).

Em 1884, no artigo “*On Some Omissions of Introspective Psychology*” (James, 1884a), o autor discutiu as principais posições da época a respeito do assunto, afirmando que elas eram bem conhecidas. De um lado, ele citou Auguste Comte e Henry Maudsley (1835–1918), que a consideravam inútil; do outro, Ueberweg (1826–1871) e Brentano (1838–1917) que chegavam próximos de declará-la infalível (James, 1884a). Em seguida ele escreveu que ambos os lados exageraram suas posições e tentou apontar as razões que o levavam a crer nisso. Afirmou que a verdade se encontrava no meio termo entre essas posições, não sendo verdade que a introspecção fosse inútil nem tampouco infalível (James, 1884a). Para ele, o único campo em que o julgamento introspectivo poderia ser mantido como infalível era no empírico, pois não podemos nunca nos enganar, por exemplo, sobre estar em dúvida ou bravos quando realmente sentimos essas coisas (James, 1884a).

Nesse mesmo artigo, James apresentou seus conceitos de parte substantiva e transitiva do fluxo de pensamento, sendo que a primeira é constituída por representações de algum tipo, cuja característica é que elas podem ser mantidas pela mente por um tempo indefinido e contempladas sem serem alteradas; e a segunda é preenchida por pensamentos de relações, estáticas ou dinâmicas, obtidas principalmente

entre os assuntos contemplados em meio aos períodos de descanso (James, 1884a). A partir desses dois conceitos importantíssimos para sua obra, James argumentou que a primeira dificuldade da introspecção é “enxergar as partes transitivas pelo que elas realmente são” (James, 1884a, p. 3). Para ele, esse erro foi cometido igualmente pelos ingleses, franceses e alemães, pois todos ignoraram as partes transitivas da vida mental e restringiram a análise psicológica as suas partes substantivas. Além disso, esse erro estaria relacionado com a própria natureza dessas partes, pois, segundo seu raciocínio, se as mantemos capturadas para análise, as descaracterizamos (uma vez que é de sua natureza justamente serem fugazes), se tentamos estudá-las livres da forma como elas são, sem segurá-las, descobrimos quão difícil é observá-las (James, 1884a). Utilizando uma metáfora para ilustrar o trecho, James dizia que tentar observar as partes transitivas do fluxo era como “tentar ligar o gás [de uma lamparina a gás] rápido o bastante para ver como a escuridão se parece” (James, 1884a, p. 3).

Apenas em 1890, no *Principles*, James se ocupou com a definição do termo, porém não chegou a elaborar uma definição muito cuidadosa. Para ele “a palavra introspecção dificilmente precisa ser definida – ela significa, é claro, olhar em nossas próprias mentes e reportar o que é descoberto lá” (James, 1890/1981, p. 185). Essa definição rasa, descuidada, reflete o fato de que a introspecção era um assunto amplamente discutido na psicologia da época. Sua discussão está relacionada com o fato de que a psicologia, para se legitimar enquanto uma ciência, enfrentou desde o seu surgimento a questão da escolha do método de estudo mais adequado para seu escopo. Com essa definição superficial e geral, James englobou todas as posições importantes do século XIX incluindo, por exemplo, Ueberweg, Wundt (1832-1920) e Brentano, e partiu das diferenças entre essas posições para estabelecer a sua própria perspectiva (Araujo & de Souza, 2015).

Antes de apresentarmos a introspecção jamesiana e suas particularidades, vamos percorrer um pouco do contexto intelectual em que o tema era discutido. Como é bastante conhecido na história da psicologia, um autor que fez duras críticas a essa ciência foi Auguste Comte. Sua crítica ao emprego do método introspectivo na psicologia é particularmente interessante para este trabalho e pode ser resumida nesta passagem: “O indivíduo pensante não poderia dividir-se em dois, um raciocinando enquanto o outro o visse raciocinar. O órgão observado e o órgão observador sendo, neste caso, idênticos, como poderia ter lugar a observação?” (Comte, 1978, p. 14).

Além de criticar o método introspectivo, Comte também atacava a própria justificativa da psicologia enquanto uma ciência. Em suas palavras:

Há dois mil anos que os metafísicos cultivam assim a psicologia, e não puderam até agora concordar com uma única proposição inteligível e solidamente firmada. Estão até hoje divididos numa multidão de escolas que disputam incessantemente sobre os primeiros elementos de suas doutrinas. A *observação interior* engendra quase tantas opiniões divergentes quantos indivíduos há que acreditam a ela se entregar. (Comte, 1978, p. 14)

As críticas de Comte, portanto, atingiram um assunto sensível para os psicólogos, tocando os próprios fundamentos da psicologia e a questão real da sua multiplicidade de doutrinas e abordagens, por isso sua relevância especial para a discussão da introspecção. James respondeu a essas críticas citando John Stuart Mill (1806-1873), que defendeu a possibilidade de estudarmos um fato mental através da faculdade da memória, sem que fosse preciso observá-lo no próprio momento em que ele ocorre, mas instantes depois, recuperando-o quando ele já tenha passado, sendo este o modo habitual de adquirir conhecimento a respeito dos nossos atos intelectuais (James, 1890/1981).

Sobre o conflito entre as posições de Comte X Mill a respeito da justificativa do uso da introspecção para a psicologia, James posiciona-se a favor desta última, argumentando que ela expressa “a verdade mais prática” (James, 1890/1981, p. 189) a respeito do assunto. James, com isso, justifica e autoriza o uso da introspecção pela psicologia, fundamentando um ponto de vista que fez com que ele viesse a ser reconhecido pela história da psicologia como um psicólogo introspeccionista (Araujo & de Souza, 2015; Boring, 1953; Danziger, 1980; Hunt, 1993; Mandler, 2007; Myers, 1986; Pickren & Rutherford, 2010; Schultz & Schultz, 2012). Podemos notar, por atitudes como essa, que a atitude do pragmatismo já era desde o *Principles* utilizada por ele como uma maneira de escolher entre dois enunciados derivados de posições teóricas diferentes e aparentemente equivalentes em todos os outros aspectos, exceto em relação as suas consequências práticas.

Ele afirma, logo em seguida, que ninguém enfatizou de forma mais aguçada que Brentano a diferença entre a sensação imediata de um sentimento e sua percepção por um ato reflexivo subsequente (James, 1890/1981). Um estado subjetivo nunca é seu próprio objeto, seu objeto é sempre alguma outra coisa. Para James, “*percipi is esse*” (“perceber é ser”, tradução nossa) não é um princípio aplicável a priori na psicologia. Com isso ele quer dizer que o estado mental que nomeia não é o mesmo estado mental nomeado, ainda que eles sejam na prática identificados, pois geralmente se sucedem imediatamente, sendo contínuos. Se eles fossem um estado único e não dois estágios do processo mental, James respondeu provocativamente, os bebês no berço seriam psicólogos infalíveis, pois eles já atenderiam ao requisito básico de sentir seus próprios estados interiores. Porém, não basta para o psicólogo “*ter* seus estados mentais em sua absoluta veracidade, é preciso relatá-los e escrever sobre eles, nomeá-los, classificá-los,

compará-los e traçar suas relações com outras coisas” (James, 1890/1981, p. 189), e os bebês não são capazes de nada disso, obviamente.

Ainda sobre a forma como um estado mental é apreendido, James ressalta que é preciso um segundo estado mental que possa apreender aquele que desejamos observar e, a esse respeito, ele cita Wundt em nota:

A primeira regra para utilizar a observação interna<sup>†</sup> consiste em tomar, tanto quanto possível, experiências que são acidentais, inesperadas, e não provocadas intencionalmente... *Primeiro* é melhor tanto quanto possível confiar na memória e não na apreensão imediata... *Segundo*, observação interna é mais apta a captar claramente estados conscientes, especialmente atos mentais voluntários: tais processos internos como são obscuramente conscientes e involuntários irão iludi-la quase inteiramente pois o esforço para observar interfere com eles, e porque eles raramente permanecem na memória. (Wundt, Logik, II, 482, como citado em James, 1890/1981, p. 189)

Apesar de estar apenas citando Wundt, o panorama geral da posição jamesiana nos permite afirmar que James está concordando com suas regras gerais da introspecção. Contudo, isso não quer dizer que as características de suas posições estejam completamente em harmonia. De fato, podemos encontrar diferenças entre elas, como nos mostra a literatura (Danziger, 1980; Pickren & Rutherford, 2010), sendo possível diferenciar duas tradições distintas de introspecção: uma alemã e uma britânica. Enquanto Wundt naturalmente pertence à primeira tradição, James está mais próximo à segunda (Danziger, 1980). A respeito das diferenças entre essas tradições, a psicologia

---

\*James cometeu um erro de tradução ao afirmar que Wundt aceitava a *observação* interna. Na verdade, o que Wundt aceitava era a *percepção* interna.

jamesiana tem como método principal a introspecção, confiando nele em primeiro lugar, enquanto em outras psicologias esse papel é dividido entre outros recursos complementares que executam a verificação dos dados obtidos (Danziger, 1980).

Em seu trabalho, Danziger (1980) aponta algumas características da tradição alemã, mais experimental, que contrastavam com aspectos da tradição britânica, que ele chamou de introspeccionista e a qual James estava ligado. Essas características são provenientes de tradições filosóficas de pensamento, especialmente das ideias de Leibniz e Kant (Danziger, 1980). Para Danziger (1980), esses dois autores tiveram uma influência importante no pensamento psicológico do século XIX e afetaram em particular o valor que era atribuído à introspecção pelos alemães. Essas características são importantes para nossa discussão, pois, uma vez apresentadas e contrastadas com as características da tradição britânica de introspecção, facilitam a caracterização da psicologia jamesiana, destacando suas características preponderantes.

A primeira dessas influências deriva do pensamento de Leibniz (1646-1716). Danziger (1980) considera que, para Leibniz, a mente não pode ser igualada com a consciência, portanto não se pode esperar descobrir sua natureza e constituição apenas observando essa última. Por essa razão, os alemães não confiavam totalmente na introspecção e recorriam a outros métodos para complementar seus dados obtidos (Danziger, 1980).

Houve também uma participação do pensamento de Kant (1724-1804) na formação da psicologia alemã da época do século XIX. Ainda segundo Danziger (1980), Kant concebia a introspecção como sendo limitada ao conhecimento do self fenomenal, portanto eu teria acesso a minha própria experiência interior e apenas como eu apareço para mim mesmo, de modo que eu não consigo alcançar o sujeito dessa percepção pura, e ele seria inacessível para a experiência interna.

Essas duas características são as principais levantadas por Danziger (1980) para explicar o contexto intelectual da introspecção na Alemanha de Wundt e, com isso, apontar as diferenças entre as duas tradições supracitadas. Dessa forma, essa comparação nos chama a atenção para o fato de que a introspecção jamesiana não foi a única posição proposta ao longo da história desta ciência.

O próprio Danziger (1980) aponta que no final do século XIX a prática da psicologia no dia-a-dia dos psicólogos envolvia já muito menos introspecção do que os manuais disponíveis na época fariam supor. Ao invés disso, estavam ganhando espaço as descrições objetivas para os fenômenos.

Contudo, é preciso salientar que James não aceita a introspecção de maneira irrefletida. No próprio *Principles* são apresentadas algumas dificuldades e limites da introspecção. A primeira delas diz respeito à fidelidade de suas representações: se nos estados mentais mais fortes a introspecção é clara e inequívoca, naqueles mais fracos é comum ficarmos na incerteza sobre o que ela nos mostra (James, 1890/1981). São exemplos aqueles casos em que dois estados mentais passam muito rapidamente pela nossa consciência, de modo que se torna difícil apontar qual é o primeiro e qual é o segundo, ou ainda quando é necessário comparar com precisão as quantidades de dois sentimentos diferentes sendo ambos muito parecidos. O autor então interrompe os exemplos e o detalhamento a respeito dos limites desse método, e apresenta a sua conclusão geral sobre a introspecção afirmando que “*ela é difícil e falível; e que a sua dificuldade é simplesmente aquela de toda observação de qualquer tipo*” (James, 1890/1981, p. 189, itálico no original). Essa é uma conclusão importante, pois ela remete ao próprio fato da psicologia basear-se no empirismo para operar. É como se James nos dissesse que reconhece os limites e dificuldades da introspecção, mas que toda ciência empírica precisa confiar por princípio nas informações que nos afetam

através dos nossos sentidos e, se tivermos razões para questionar a confiabilidade desses, os problemas da introspecção não são uma exclusividade da psicologia, mas se estendem a todas as ciências empíricas.

Já dissemos anteriormente que James utilizava a introspecção principalmente para sustentar seu ponto de vista a respeito de outros temas em seus artigos até 1890, data de publicação do *Principles*. Vejamos então de que modo a introspecção foi utilizada por ele especificamente em seu clássico manual de psicologia.

Encontramos exemplos claros de sua aplicação no capítulo do fluxo do pensamento e no capítulo sobre a consciência do self, apesar de que é possível encontrar outros casos de menor destaque ao longo do livro. No capítulo do fluxo do pensamento, a introspecção é utilizada na própria elaboração desse importante conceito, uma vez que é a introspecção, o processo de observação interior, que permite a constatação que cada pessoa pode fazer sobre a ocorrência de um fluxo de pensamentos em sua vida mental. Constatar que “eu penso” ou que “eu sinto” é por si só um produto da introspecção (James, 1890/1981).

Em alguns momentos ao longo do livro, James buscou estabelecer o que ele chamou de fatos psicológicos mais básicos, aqueles elementos cuja existência não pode gerar dúvidas ou discussões entre os psicólogos. Um desses fatos é justamente a existência de *selves* pessoais pois, segundo ele, nenhuma psicologia pode duvidar que eles existem (James, 1890/1981). Da mesma maneira que a introspecção foi utilizada por James para constatar a existência de um fluxo contínuo de pensamento, nessa outra seção do livro ele afirma que é através desse método que cada pessoa pode constatar a sua própria existência (James, 1890/1981).

Notamos que, para James, a introspecção é o método básico na psicologia (James, 1890/1981). Isso quer dizer que os outros métodos que ele reconheceu e empregou eram baseados na introspecção. “A observação introspectiva é o que nós temos para confiar em primeiro lugar, principalmente e sempre” (James, 1890/1981, p. 185). Para ele, mesmo as técnicas do método experimental precisavam se basear nos resultados colhidos após o uso a introspecção.

### **3.2 O método experimental**

Apesar de não ser um psicólogo experimental reconhecido, um autor do porte de James naturalmente não permaneceu alheio às novidades técnicas, especialmente no caso de serem elas tão promissoras quanto às trazidas pelo método experimental. James é reconhecido inclusive por ter montado em solo norte americano um espaço com material técnico específico para testes experimentais em psicologia (Blatter, 2014; Cattell, 1928; Croce, 2012; Evans, 1990; Mandler, 2007; Nichols, 1893), embora alguns autores tenham alegado que o amadorismo e a falta de organização dessa sala não cumpriam os requisitos necessários para podermos afirmar que James teria montado um laboratório psicológico propriamente dito (Blatter, 2014; Pickren & Rutherford, 2010).

Ainda assim, seu interesse por esse método é reconhecido pela literatura (Blatter, 2014; Cattell, 1928; Croce, 2012; Mandler, 2007; Nichols, 1893; Schultz & Schultz, 2012). James entendia a psicologia experimental como complemento da introspecção, pois ela precisa dos dados obtidos por essa última para operar, pesquisando-os em larga escala e utilizando recursos estatísticos de modo a eliminar a sua incerteza (James, 1890/1981).

James escreveu que não iria apresentar uma descrição geral dos métodos da psicologia experimental, alegando que seria necessária familiarização com as instâncias de suas aplicações para compreendê-los (James, 1890/1981). Seus principais campos de aplicação são então elencados. São eles: 1) a conexão dos estados conscientes com suas condições físicas, incluindo toda a fisiologia cerebral, e a recente fisiologia minuciosamente cultivada dos órgãos sensoriais, junto com o que é tecnicamente conhecido como “psicofísica”, ou as leis de correlação entre sensações e os estímulos exteriores pelos quais elas são despertadas; 2) a análise da percepção espacial em seus elementos relativos às sensações; 3) a medição da *duração* dos processos mentais mais simples; 4) aquele da acurácia da reprodução na memória das experiências sensíveis e dos intervalos de espaço e tempo; 5) aquele da maneira com a qual estados mentais simples *influenciam um ao outro*, se convocam, ou inibem a reprodução um do outro; 6) aquele do *número de fatos* que a consciência pode distinguir simultaneamente; e, finalmente, 7) aquele das leis elementares de esquecimento e retenção (James, 1890/1981). Apesar de ter reconhecido a importância do método experimental e ter esperado que ele trouxesse avanços técnicos para a psicologia, James não deixou de criticá-lo, sobretudo em relação aos poucos resultados apresentados até então por ele:

É preciso ser dito que em alguns destes campos os resultados até agora trouxeram poucos frutos teóricos proporcionalmente ao grande trabalho despendido em sua aquisição. Mas fatos são fatos, e se nós apenas adquirirmos o bastante deles, eles irão por certo se combinar. Novos fundamentos serão quebrados de ano para ano e os resultados teóricos irão florescer. Enquanto isso o método experimental mudou bastante a cara da ciência até onde ela é um registro de mero trabalho realizado. (James, 1890/1981, p. 192-193)

Uma vez que, para James, o método experimental se baseia na introspecção e tem por objetivo complementá-la, a primazia da observação interior é preservada e ela continua sendo o método mais importante na psicologia jamesiana. Sobre a relação entre essas duas metodologias, vemos no trecho seguinte a declaração de James:

Dentro de poucos anos o que se poderia chamar de uma *psicologia microscópica* surgiu na Alemanha, mantida pelo método experimental, solicitando, é claro, a cada momento por dados introspectivos, mas eliminando sua incerteza ao operar em larga escala e calculando médias estatísticas. (James, 1890/1981, p. 191-192, grifo nosso)

Levantamos duas explicações possíveis para o uso da expressão “psicologia microscópica” no trecho indicado acima. Na primeira delas, supomos que James poderia estar comparando o avanço técnico que a metodologia experimental representaria para a psicologia à importância que a invenção do microscópio representou para as ciências biológicas ao possibilitar a observação de estruturas que até então não podiam ser observadas diretamente. É possível inferir dessa metáfora que a psicologia experimental em ascensão criava a esperança de um salto no desenvolvimento da psicologia.

Uma segunda interpretação para a expressão poderia frisar o caráter estruturalista da psicologia experimental, onde estados mentais são decompostos em suas partes mais simples para somente então serem estudados. Essa forma de abordagem é semelhante ao processo de observação no microscópio, onde são estudadas partes mínimas das estruturas para melhor compreensão de como as partes macroscópicas são formadas.

A respeito da psicologia experimental inicial, é importante ressaltar que o principal representante da chamada nova psicologia que surgia então na Alemanha no

final do século XIX era Wundt (Pickren & Rutherford, 2010). Esse autor, apesar de ter sido o fundador do laboratório de psicologia experimental e o responsável pelo treinamento de psicólogos que iriam trabalhar com esse modelo de pesquisa em vários países ao redor do mundo, não via o método experimental como superior e único. De fato, Wundt defendia o método experimental para alguns fenômenos psicológicos básicos como sensação e percepção, mas acreditava que ele seria capaz de revelar muito pouco sobre processos superiores como pensamento e linguagem, para os quais ele propôs em sua obra *Völkerpsychologie*, de 1904, um tipo de abordagem muito mais próximo das ciências humanas ou culturais (*Geisteswissenschaften*) do que das ciências naturais (*Naturwissenschaften*). Nessa obra, Wundt propôs que métodos históricos e comparativos eram mais adequados para estudar os fenômenos da linguagem, mito, costumes e comportamento social (Pickren & Rutherford, 2010).

Desse modo, vemos o contexto do início da aplicação de métodos experimentais na psicologia e que, assim como Wundt, James entendia esse conjunto de técnicas como um complemento dos dados obtidos através da introspecção. De fato, quando discutiu metodologias além da introspecção ele o fez sempre em referência a ela. Como veremos, este também foi o caso com o método comparativo.

### **3.3 O método comparativo**

Além da introspecção e da experimentação, há ainda um último método que James apresentou no *Principles*. O método comparativo foi reconhecido nesse livro como uma abordagem legítima na psicologia, mas foi também subordinado como um complemento à introspecção e à experimentação, além do que nosso autor também mostrou ressalvas quanto a ele (James, 1890/1981).

Para ele, somente quando a psicologia normal da introspecção não conseguisse mais dar conta de determinados fenômenos, falhando em explicar suas origens e sua dependência mútua, é que surgiria a necessidade de buscar variações no tipo e nas combinações desses fenômenos observados. Essa alegada insuficiência do método introspectivo, para James (1890/1981), legitima o estudo de animais, selvagens, crianças, loucos, idiotas, surdos, cegos, criminosos e excêntricos para conceber novas teorias a respeito da psicologia “normal”. Ele também reconheceu, dentro do rótulo de método comparativo, o recurso à história de outras ciências ou instituições morais ou políticas, além de outras línguas, como tipos de produtos mentais que poderiam servir ao mesmo propósito metodológico geral – obter informações psicológicas indiretamente, quando essas não estiverem disponíveis para apreensão sem necessidade de recorrer à comparação (James, 1890/1981).

Assim como fez com o método experimental, James não forneceu uma definição do que seria o método comparativo, aparentemente se limitando a apenas supor que ela fosse facilmente apreendida pelo leitor. Ele se restringiu a declarar que havia alguns problemas sérios envolvidos no uso desse método, porém não se dedicou a discuti-los. Na verdade, ele apenas mencionou brevemente alguns exemplos desses problemas, os quais apresentamos a seguir.

O primeiro exemplo citado diz respeito à interpretação das “psicoses” de animais, selvagens e crianças, e consiste na dependência da subjetividade do investigador. Isso quer dizer que “um selvagem será descrito como não tendo sentimento moral ou religioso se suas ações chocam o observador indevidamente. Uma criança será considerada como se não tivesse autoconsciência porque ela fala de si mesma na terceira pessoa, etc., etc.” (James, 1890/1981, p. 193). Observamos que esse problema não é específico desse tipo de método, mas de qualquer trabalho que envolva

“choques de subjetividade” e precisa enfrentar a dificuldade de conciliar duas perspectivas muito distintas. Um exemplo atual disso seria o psicólogo de uma determinada classe social que encontra em sua prática profissional pacientes de diversas classes, muitas vezes distintas da sua, e que trazem histórias de vida e contextos socioeconômicos variados. Apesar das diferenças que aparecerão desse contato, é importante que o profissional lide com elas.

Sobre esse método, considerados seus limites e deficiências, a conclusão de James foi que ele dependia de hipóteses previamente definidas a respeito do que se pretende observar e que, para fugir das armadilhas geradas pelo choque das idiossincrasias de quem observa com as particularidades daquilo que é observado, a única indicação que ele ofereceu foi “usar tanta sagacidade quanto se possuir, e ser tão imparcial quanto se puder” (James, 1890/1981, p. 193).

#### **3.4. As fontes de erro na psicologia**

As armadilhas ou ciladas (“*snares*”) da psicologia eram intrinsecamente relacionadas com a metodologia utilizada, sendo essa a razão pela qual esses dois assuntos foram agrupados por James em um mesmo capítulo. Como a escolha do método de estudo deve ser posterior a do objeto, é preciso lidar com as particularidades decorrentes de cada metodologia especial, incluindo as dificuldades que podem acompanhá-las. Na última seção do capítulo VII, denominada de “As fontes de erro na psicologia” (“*The Sources of error in Psychology*”), James expôs as principais dificuldades que, a seu ver, os psicólogos encontravam em suas tentativas de aprimorar seu trabalho (James, 1890/1981).

A esse respeito, o primeiro problema apontado foi o que James chamou de “vacuidade da linguagem”. Com esse termo ele pretendia denunciar o risco da linguagem nos enganar dependendo da maneira como ela trata uma determinada coisa, variando conforme sua consideração dessa coisa (James, 1890/1981). A primeira dessas fontes de erro apontadas é a própria linguagem, devido ao fato dela não ter sido criada para servir à psicologia e possuir uma origem muito anterior a esta, exercendo muitas vezes uma influência enganadora no discurso (James, 1890/1981). Ele argumentou que boa parte do vocabulário psicológico representa tanto qualidades exteriores, objetivas, quanto os sentimentos que essas qualidades despertam subjetivamente, porém o sentido objetivo é anterior ao subjetivo (a palavra laranja, usada para se referir a fruta, é anterior à denominação da nossa representação da cor “laranja” por esse mesmo nome, por exemplo). Precisamos então significar estes estados subjetivos através de uma linguagem que originalmente dizia respeito a coisas encontradas em uma realidade exterior. Dessa maneira, a ausência de um vocabulário dedicado aos fatos subjetivos dificulta o estudo dos mais específicos entre eles, como vemos no trecho a seguir:

A maioria dos homens hoje emprega quase exclusivamente o vocabulário de coisas externas. As paixões cardinais da nossa vida, raiva, amor, medo, ódio, esperança e as divisões mais compreensivas da nossa atividade intelectual, lembrar, esperar, pensar, saber, sonhar, junto com o mais amplo gênero de sentimentos estéticos, alegria, tristeza, prazer, dor, são os únicos fatos de ordem subjetiva que este vocabulário se digna a notar por palavras especiais. As qualidades elementares da sensação, brilhante, alto, vermelho, azul, quente, frio, são, é verdade, suscetíveis de serem usadas tanto no sentido objetivo quanto no subjetivo. Elas representam qualidades exteriores e os sentimentos que elas suscitam. Mas o sentido objetivo é o sentido original; e ainda temos hoje em dia

que descrever um grande número de sensações pelo nome do objeto do qual elas foram mais frequentemente obtidas. (James, 1890/1981, p. 194)

Essa primeira dificuldade diz respeito ao fato da linguagem ter sido “importada” de uma referência a coisas externas para referenciar estados subjetivos com significado e existência dependentes apenas de outros estados subjetivos ou das relações entre estes. Há também uma segunda dificuldade apontada, que é a de atribuir à coisa da qual se fala uma característica que é sugerida apenas pela estrutura da linguagem e não pela coisa em si. Por exemplo, se a linguagem comum sugerir atomismo, ou seja, se ela sugerir que determinada coisa é indivisível, a tendência dos psicólogos, que se apoiam nessa linguagem, é considerar que a coisa representada é de fato única e não múltipla (James, 1890/1981). O autor então traz um exemplo dessa influência enganadora apontado pelos empiristas. Desse modo,

[S]empre que nós inventamos uma palavra, eles [os empiristas] dizem, para denotar um certo grupo de fenômenos, nós ficamos inclinados a supor uma entidade substantiva existindo além do fenômeno, da qual tal palavra deve ser o nome. Mas a *falta* de uma palavra quase tão frequentemente leva ao erro diretamente oposto. Nós ficamos então inclinados a supor que não pode haver ali nenhuma entidade; e então nós chegamos a negligenciar fenômenos cuja existência seria evidente para todos nós, se apenas tivéssemos nos acostumado a ouvi-la familiarmente reconhecida na fala. É difícil focar nossa atenção naquilo que não possui nome, e então temos como resultado uma certa vacuidade das partes descritivas da maioria das psicologias (James, 1890/1981, p. 194, *italico no original*).

Para James, esse problema ocorre devido a dependência excessiva que a psicologia tem da linguagem comum. Já falamos aqui sobre a diferenciação que James

fez entre as partes substantivas e transitivas do fluxo de pensamento. Indicamos agora sua relação com o trecho acima, defendendo que James está se referindo a elas de maneira velada. Desde o seu artigo “*On some omissions of introspective psychology*” (James, 1884a), como já vimos neste capítulo, James já havia se manifestado a favor do reconhecimento das partes transitivas na psicologia. Apontamos o trecho do *Principles* citado acima como mais uma declaração a favor dessa mesma causa. Nele, James aponta outro motivo pelo qual a psicologia ainda não estudava essas partes transitivas. Segundo o trecho, essas partes são ignoradas pois nossa linguagem privilegia as partes substantivas e nossa psicologia é baseada nessa linguagem.

Outra armadilha na psicologia seria o que ele chamou da falácia do psicólogo. Segundo James, ela é a confusão que o psicólogo faz entre seu próprio ponto de vista com aquele do fato mental sobre o qual ele está fazendo seu relato. “[O psicólogo], [...] conhecendo o mesmo objeto *à sua* maneira, é facilmente levado a supor que o pensamento, que é *sobre* o objeto, conhece-o da mesma maneira com a qual ele o conhece, apesar de frequentemente isso estar longe de ser verdade” (James, 1890/1981, p. 195). Outra variedade da falácia do psicólogo é assumir que o objeto estudado deve ser consciente de si como o psicólogo é consciente dele.

James afirma que algumas questões da psicologia “são questões comparativamente fáceis uma vez que a falácia do psicólogo é eliminada do seu tratamento [...]” (James, 1890/1981, p. 195). Ele aponta como exemplos: a questão da percepção apresentativa ou representativa; se um objeto está presente para o pensamento que o pensa através de uma imagem falsificada de si mesmo; e a questão do nominalismo e conceitualismo (James, 1890/1981).

Apresentamos então a introspecção como aparece em algumas partes da obra psicológica inicial de James, bem como o contexto histórico em que ela se encontrava.

Como ressaltam Araujo & de Souza (2015), a literatura reconhece de modo geral que a introspecção jamesiana está ligada a eventos passados, ou seja, ela seria na verdade retrospectiva. Além disso, os autores apontam que a literatura falhou ao ignorar que James introduziu um segundo tipo de introspecção ainda no *Principles*, a introspecção corporal ou somática, que envolve apreensão direta ou imediata de nossos estados conscientes, apesar de também ocorrer retrospectivamente em alguns casos (Araujo & de Souza, 2015; James, 1890/1981).

Com base nisso, os autores também observaram corretamente que James não se manteve fiel a sua definição de introspecção, especialmente no caso da sua teoria da emoção, onde ele aceitou uma apreensão imediata da consciência corporal, fugindo do que havia sido proposto por ele mesmo (ou seja, a introspecção como retrospectiva) (Araujo & de Souza, 2015). Com isso, fica evidente a necessidade de promover uma nova interpretação da introspecção jamesiana que considere a dissonância entre a definição e o uso do conceito por James, bem como seja capaz de expandir os dados analisados para obras posteriores ao *Principles*, pois há indicações de que a introspecção sofreu modificações importantes acompanhando as mudanças na concepção de consciência nas obras tardias, como sugeriu Myers (1986).

## CONCLUSÃO

Procuramos sanar algumas lacunas na literatura a respeito da psicologia inicial de William James, em particular a suposta incongruência entre dois enfoques epistemológicos encontrados no *Principles*: um enfoque positivista e naturalista, mais tradicional quanto à consideração dos fenômenos que deveriam ser estudados, e uma segunda atitude mais aberta e receptiva, fundamentada nos pressupostos do senso

comum e que buscava incluir fenômenos excepcionais como hipnotismo e mediunidade. Para isso, analisamos a concepção de ciência por trás da sua obra psicológica até 1902, examinando suas reflexões epistemológicas no contexto científico do final do século XIX.

Vimos que, para James, a psicologia deveria ser feita tanto quanto possível nos moldes das ciências naturais, ainda que ela não estivesse plenamente consolidada para isto ainda. Sobre os motivos que dificultavam o desenvolvimento pleno da psicologia, ele indicou a necessidade de uma reformulação metafísica capaz de explicar os dados dessa ciência de forma completa, sem reduzir os fenômenos extraordinários ao materialismo ou deixá-los de lado.

Ele procurou manter sua psicologia acrítica e acreditava que isso seria necessário até que ela estivesse bem estabelecida a ponto de ser capaz de superar suas questões fundamentais. James colocou em dúvida o valor utilitário de algumas teorias enquanto fundamento para a psicologia, buscando com isso deixa-la livre de teorias vigentes determinadas. Ele também buscou mantê-la próxima das concepções encontradas no senso comum, não por acreditar que este estivesse mais correto do que as teorias filosóficas mais elaboradas e sistematizadas, mas por acreditar que isso geraria menos discussão entre os psicólogos e, portanto, permitiria que eles se concentrassem em elaborar uma ciência que fosse capaz de entregar resultados práticos para as pessoas. Para James, era preferível conceber uma psicologia útil em detrimento de uma que tivesse passado por reformulações metafísicas profundas, mas não fosse tão benéfica para o dia-a-dia das pessoas.

Com base no que vimos até então, podemos buscar relacionar melhor a concepção de ciência por trás da psicologia inicial de James. Encontramos nela alguns elementos da filosofia positivista de Comte, principalmente no que diz respeito à

separação entre ciência e metafísica. Ao contrário do que afirmam alguns autores, não consideramos que James tenha se contradito quanto ao uso da metafísica. Ele de fato afirmou que iria manter sua psicologia próxima do ponto de vista de toda ciência natural, ou seja, que não iria questionar os dados nos quais ela se baseava. Porém, o reaparecimento do assunto em várias passagens não implica que James estava realmente se comprometendo com todo o conteúdo das discussões. Ele na verdade buscou livrar sua psicologia dos pressupostos teóricos que discutia, e tentou mantê-la acrítica por acreditar que isso seria necessário até que ela estivesse bem estabelecida a ponto de ser capaz de superar suas questões fundamentais.

Assim, indicamos que nos trechos em que a metafísica aparece discutida, James não está se comprometendo com nenhuma de suas implicações. Na verdade, ele está negando as contribuições da metafísica para a psicologia. Vemos isso, por exemplo, quando ele rejeita tanto o uso da teoria do espiritualismo quanto o do associacionismo para a psicologia. Assim, a metafísica aparece no *Principles*, mas justamente para ser rejeitada por James. Portanto, não é possível afirmar que a sua consideração na psicologia de James é contraditória. Ele buscou abrir mão da metafísica, mas também deu indícios de que essa separação era apenas provisória e tinha como finalidade a aplicação prática da psicologia. Para ele, esse empreendimento que nascia só viria a se estabelecer enquanto uma ciência madura quando pudesse contar com uma revisão de seus dados e pressupostos epistemológicos, o que só poderia ser feito por uma metafísica igualmente sólida e bem estabelecida.

Destacamos também o papel dos estados excepcionais de consciência na expansão dos limites da psicologia de James. Ele ensaiou uma psicologia que considerasse esses fenômenos e a via como uma ciência mais completa, por não considerar apenas os estados normais de consciência. O começo da redefinição desses

limites pode ser encontrado no *Principles*, porém apenas considerando publicações posteriores a 1890 poderemos ter um alcance completo da importância desses fenômenos para a psicologia de William James.

Achamos necessário ressaltar especialmente o papel da pesquisa psíquica na teoria jamesiana, pois ele não era de modo algum o de um tema coadjuvante. Ao invés disso, os fenômenos excepcionais, incluindo a pesquisa psíquica, na visão de James, eram de fundamental importância, e faziam parte do seu projeto de psicologia como uma ciência sólida, capaz de dar uma explicação para a toda a gama de fenômenos da natureza humana e não apenas para aqueles que se encaixassem no restritivo método experimental.

Desta maneira, os fundamentos da ciência de laboratório eram suficientes para descrever a personalidade normal (aquela sem alterações consideradas patológicas), baseada na psicologia fisiológica. Mas, para trabalhar com manifestações anormais (como histeria, escrita automática, mudanças de personalidade, hipnotismo), James precisou recorrer à psicologia experimental francesa do inconsciente.

Objetivamos contribuir no presente trabalho para a literatura especializada em William James, desfazendo alguns equívocos de interpretação quanto a sua concepção de psicologia e apontando alternativas para a compreensão de pontos específicos a esse respeito, como a questão dos pressupostos que ele adotou, da gama de fenômenos que ele defendia que fossem estudados e também sobre o papel desses fenômenos no desenvolvimento de sua psicologia. Esperamos que este trabalho possa contribuir para discussões atuais no campo da epistemologia da psicologia, dada a relevância e a qualidade das contribuições jamesianas para essa ciência.

### Referências:

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia* (5ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Allport, G. (1943). The productive paradoxes of William James. *Psychological Review*, 50, 95-120.
- Araujo, S. & de Souza, R. (2015). "... to rely on first and foremost and always": Revisiting the role of introspection in William James's early psychological work. *Theory & Psychology*, 26(1), 96-111.  
<http://dx.doi.org/10.1177/0959354315619495>
- Araujo, S. (2016). Psychology between science and common sense: William James and the problems of psychological language in the Principles. *New Ideas In Psychology*. In:  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.newideapsych.2016.10.001>
- Blatter, J. T. (2014). The Psychotechnics of Everyday Life: Hugo Münsterberg and the Politics of Applied Psychology, 1887-1917. Doctoral dissertation, Harvard University. In:  
<https://dash.harvard.edu/handle/1/12274284>.
- Bordogna, F. (2008). *William James at the boundaries: Philosophy, science, and the geography of knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- Boring, E. (1950). *A history of experimental psychology* (2<sup>nd</sup>. Ed.). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Boring, E. (1953). A history of introspection. *Psychological Bulletin*, 50(3), 169–188.
- Cattell, J. (1928). Early psychological laboratories. *Science*, 67(1744), 543-548.  
<http://dx.doi.org/10.1126/science.67.1744.543>
- Comte, A. (1978). *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Pensadores)
- Croce, P. J. (2012) "The Non-Disciplinary James", In *William James Studies*, Vol. 8. 1-33.
- Dearmey, M. H. and Kousgaard, S., Eds. (1986) *The Philosophical Psychology of William James*, Philadelphia: The Westminster Press.

- Danziger, K. (1980). The history of introspection reconsidered. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 16, 241–262.
- Ellenberger, H. (1970). *The discovery of the unconscious*. New York: Basic Books.
- Embree, L. (1986). The project of a metaphysics of psychology in William James's "Principles of Psychology". In Michael H. DeArme & Stephen Skousgaard (eds.), *The Philosophical Psychology of William James*. Center for Advanced Research in Phenomenology & University Press of America.
- Evans, R. (1990). William James, *The principles of psychology*, and experimental psychology. *American Journal of Psychology*, 103(4), 433–447.
- Freud, S. (1996). Die Traumdeutung. In S. Freud, Studienausgabe. Band 2. Frankfurt a.M: Fischer. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1994). Das Unbewusste. In S. Freud, Studienausgabe. Band 3, (pp. 119-173). Frankfurt a. M: Fischer. (Original publicado em 1915)
- Gale, R. M. (2005). *The Philosophy of William James*. New York: Cambridge University Press
- Goodwin, C. J. (2005). *História da psicologia moderna* (3ª Ed.). São Paulo: Editora Cultrix.
- Hoffman, L. & Telen, M. (2010). William James and the fight for science. *Journal of Humanistic Psychology* 50: 430-439. DOI: 10.1177/0022167810373397.
- Ivie, S. D. (2006). The legacy of William James. *Journal of Thought*.
- James, W. (1880a). The association of ideas. *Popular Science Monthly*, 16, 577–593.
- James, W. (1880b). *The feeling of effort*. Boston, MA: Society of Natural History.
- James, W. (1884a). On some omissions of introspective psychology. *Mind*, 9, 1-29.
- James, W. (1884b). What is an emotion? *Mind*, 9, 188–205.
- James, W. (1888). What the will effects. *Scribners*, 3(2), 240–249.

- James, W. (1976). Does 'consciousness' exist? In F. Burkhardt, F. Bowers & I. Skrupskelis (Eds.), *The works of William James*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. (Original publicado em 1904).
- James, W. (1981). *The principles of psychology*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James*. London: Harvard University Press. (Original publicado em 1890).
- James, W. (1983a). *The hidden self*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James: Essays in psychology* (pp. 247-268). London: Harvard University Press. (Original publicado em 1890).
- James, W. (1983b). *A plea for psychology as a 'natural science'*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James: Essays in psychology* (pp. 270-277). London: Harvard University Press. (Original publicado em 1892).
- James, W. (1983c). *The original datum of space-consciousness*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James: Essays in psychology* (p. 202-204). London: Harvard University Press. (Original publicado em 1893).
- James, W. (1983d). *Professor Wundt and feelings of innervation*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James: Essays in psychology* (p. 205-208). London: Harvard University Press. (Original publicado em 1894).
- James, W. (1983e). *The physical basis of emotion*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James: Essays in psychology* (p. 299-314). London: Harvard University Press. (Original publicado em 1894).
- James, W. (1983f). *Consciousness under nitrous oxide*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James: Essays in psychology* (p. 322-324). London: Harvard University Press. (Original publicado em 1898).

- James, W. (1985). *The varieties of religious experience: A study in human nature*. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James*. London: Harvard University Press. (Original publicado em 1902).
- James, W. (1976). Does 'consciousness' exist? In F. Burkhardt, F. Bowers & I. Skrupskelis (Eds.), *The works of William James*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. (Original publicado em 1904).
- Kinouchi, R. (2009). Tão perto, tão distante: William James e a psicologia contemporânea. *Scientiae Studia*, 7(2), 309-315. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662009000200009>
- Ladd, G. T. (1892). Psychology as so-called 'natural science'. *The Philosophical Review* 1.1: 24–53. DOI:10.2307/2175528. In: <http://www.jstor.org/stable/2175528>
- Louceiro, L. M. (2007). “As Variedades da Experiência Religiosa” de William James revisitada. *Cognitio-estudos: revista eletrônica de filosofia*, 4(2), 103-120. In: <http://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/5757>.
- Mandler, G. (2007). *A history of modern experimental psychology: From James and Wundt to cognitive science*. Cambridge, MA: MIT Press.
- McDermott, J. J. (1977) *The Writings of William James: A Comprehensive Edition*. Chigado: University of Chicago Press.
- McDermott, R. A. (1986). Introduction. In: Burkhardt, F. H.; Bowers, F. & Skrupskelis, I. K. (Eds.). *The works of William James: Essays in psychical research* (pp. xiii-xxxvi). London: Harvard University Press.
- Moore, E. C. (1965). *William James*. New York: Washington Square Press.
- Myers, G. E. (1981). Introduction: The intellectual context. In F. H. Burkhardt (Ed.), *The Works of William James: The principles of psychology*. Vol. I (pp. xi-xl). Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Myers, G. E. (1986). *William James: his life and thought*. New Haven: Yale University Press.
- Myers, G. E. (1992). William James and contemporary psychology. In M. Donnelly (Ed.), *Reinterpreting the legacy of William James* (pp. 49-64). Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Nichols, H. (1893). The Psychological Laboratory at Harvard. *McClure's Magazine*, 399-409.
- Reck, A. J. (1986). The place of William James's "Principles of Psychology" in American Philosophy. In Michael H. DeArmev & Stephen Skousgaard (eds.), *The Philosophical Psychology of William James*. Center for Advanced Research in Phenomenology & University Press of America.
- Robinson, D. N. (1993). Is there a jamesian tradition in psychology? *The American Psychological Association*, Inc.48,6, 638-643.
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2011). *A history of modern psychology* (10<sup>a</sup> ed.). Belmont, CA: Wadsworth-Cengage Learning.
- Sech Jr., A. S., Araujo, S. F., & Moreira-Almeida, A. (2013). William James and psychical research: towards a radical science of mind. *History of psychiatry*, 24(1), 62-78.
- Seigfried, C. H. (1984). The positivist foundation in William James's "Principles". *Review of Metaphysics* 37 (3): 579 - 593.
- Seigfried, C. H. (1986). On the metaphysical foundation of scientific psychology. In *The Philosophical Psychology of William James*, edited by M. H. De Armev and S. Skousgaard (57-72). Washington, D.C.: University Press of America.
- Skrupskelis, I. L. & Berkeley, E. M. (1992). *The correspondence of William James*. 13 vols. Charlottesville: University Press of Virginia.
- Taylor, E. (1984). *William James on exceptional mental states – The 1896 Lowell lectures*. Amherst: The University of Massachusetts Press.

Taylor, E. (1992). The case for a uniquely American Jamesian tradition in psychology. In. M. E. Donnelly (Ed.) *Reinterpreting the legacy of William James* (pp. 3-28). Washington, DC: American Psychological Association.

Taylor, E. (1996). *William James on consciousness beyond the margin*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*.